



AMICUS - Batatais-SP, ano V, n°10 - novembro/2004

# AMICUS

SOCIEDADE AMIGOS DA CULTURA



AMICUS - Batatais-SP, ano V, n°10 - novembro/2004

# AMICUS

Sociedade Amigos da Cultura

AMICUS - Batatais-SP - Ano V - Nº 10 - pp. 61-134

novembro de 2004

ISSN 1518-4013

NOSSA CAPA: Portão de acesso ao Centro de Cultura Física de Batatais (CCFB).

Acervo AMICUS

4ª CAPA: Centro de Cultura Física de Batatais (CCFB).  
Festividades de inauguração da entrada pela  
Rua dos Expedicionários, vendo-se ao fundo parte  
do Cine Teatro Santa Helena (Cine São Joaquim).  
Foto de 1942. Acervo CCFB

AMICUS - Batatais-SP, Ano V, Nº 10 - novembro/2004

SOCIEDADE AMIGOS DA CULTURA

AMICUS

Conselho Consultivo e de Editoração  
Coordenador: Walter Cardoso

Membros: Gaspar de Sousa Prado Neto  
José Carlos de Medeiros Pereira  
Maria Clarisse Bombonato Prado  
Mildred Regina Gonçalves

Conselho de Publicação  
Coordenador: Sérgio Corrêa Amaro

Membros: Claudete Camargo Pereira Basaglia  
Clotilde de Santa Clara Medina Cardoso

## SUMÁRIO / CONTENTS

### EDITORIAL

Sobre memórias, depoimentos e  
outras fontes..... 62

### ARTIGOS / ARTICLES

A fábrica de chapéus de Batatais; funcionamento,  
empregados, ascensão e queda  
José Carlos de Medeiros PEREIRA.....67

Centro de Cultura Física de Batatais, segundo  
depoimentos de seus pioneiros e de seus seguidores  
Clotilde de Santa Clara Medina CARDOSO.....75

Contribuições para um exame histórico das Câmaras  
Municipais  
Walter CARDOSO.....101

Panorama da imprensa batataense no final do  
século XIX  
Robson Mendonça PEREIRA.....115

## NOTAS LOCAIS

Primeiro Centenário do Nascimento do Dr. Jorge Nazar.....	136
Índice de autores.....	138
Normas para a apresentação de original.....	139

## EDITORIAL

---

### **SOBRE MEMÓRIAS, DEPOIMENTOS E OUTRAS FONTES**

A exemplo do que costuma acontecer, as últimas Olimpíadas evocaram diversos aspectos da Grécia clássica e de seu irrequieto povo. Não apenas no que diz respeito aos jogos e disputas físicas, mas também à exaltação à individualidade, nos mais variados aspectos educacionais, morais e políticos. Em que pesem as objeções que já se fizeram aos sofistas, a eles devemos a máxima de que "o homem é a medida de todas as coisas".

Que se conceda, pois, ao homem-articulista, o direito de buscar as fontes que lhe parecerem mais adequadas para a elaboração de seu trabalho. É o que se percebe nos artigos deste número de AMICUS, nos quais as fontes são as mais variadas e os estilos de escrever os mais pessoais.

Inicialmente, em "A fábrica de chapéus de Batatais, funcionamento, empregados, ascensão e queda", seu autor, em impecável estilo de memorialista, leva o leitor aos tempos em que funcionou a antiga fábrica, seus antigos empregados e suas mais variadas funções.

Segue-se "Centro de Cultura Física de Batatais, segundo os depoimentos de seus pioneiros e de seus seguidores", cuja autora, fundamentada em informações sobretudo orais daqueles que fizeram a grandeza da agremiação, bem como expondo fotografias de outros tempos, desperta, mesmo nos mais jovens, certo saudosismo.

Em "Contribuições para um exame histórico das Câmaras Municipais", o autor vai buscar, sobretudo em documentação, os elementos utilizados para trazer alguma luz à questão do número de vereadores, assunto que mereceu a atenção da imprensa, ante medida do Tribunal Superior Eleitoral.

No quarto artigo, "Panorama da imprensa batataense no final do século XIX", o autor apresenta o fruto de paciente busca

realizada em jornais locais, fonte inesgotável para se compreender o quadro político local.

Nas nossas "Seções", temos um breve registro do Primeiro Centenário do nascimento do Dr. Jorge Nazar, que ocorre em 2 de novembro. Ocioso seria repetir o que sobre esse ilustre batataense já se registrou, mas imprescindíveis são, ao menos, as referências a ele aqui impressas.

Assim, AMICUS continua sua trajetória. Nunca pretendendo ser o dono da verdade, mas sempre objetivando estimular a interminável busca do saber.

-0-0-0-

Este Editorial já caminhava para o prelo, quando nos deparamos com informação deveras gratificante: o site <http://qualis.capes.gov.br>, registrando a nota A, com nível de circulação local, à Revista AMICUS, atribuída por **Qualis-Sistema de classificação de periódicos, anais, jornais e revistas**, da CAPES/MEC, responsável pela avaliação nacional das publicações acadêmicas de âmbito nacional.

Para que melhor se possa avaliar a importância dessa nota, considere-se que ela foi atribuída a publicações como: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro*, *Revista História* (Arquivo do Estado de São Paulo), *Cadernos de História da UFU*, etc.

É o reconhecimento de um trabalho de equipe, que a nada visa além de difusão cultural. É a recompensa que compartilhamos com nossos colaboradores, alguns até anônimos, sem os quais não teríamos chegado aqui. A todos nossas felicitações.

Walter Cardoso  
Coordenador do Conselho  
Consultivo e de Editoração

## A FÁBRICA DE CHAPÉUS DE BATATAIS: FUNCIONAMENTO, EMPREGADOS, ASCENSÃO E QUEDA

José Carlos de Medeiros PEREIRA\*

RESUMO: Descreve-se o funcionamento dessa fábrica por volta de 1950. São citados os nomes de alguns empregados. Indicam-se os fatores que levaram a empresa à crise e ao fechamento.

PALAVRAS-CHAVE: Funcionamento, empregados, crise e fechamento.

### 1. Introdução

Juntamente com a fábrica de tecidos, de Gabriel & Raphael Jafet, a fábrica de chapéus, de Bráulio & Cia. Ltda., era uma das maiores empregadoras de operários de Batatais, nas décadas de 1940 e 1950. Trabalhei em seu escritório entre meados de 1948 e fins de 1952 ou começo de 1953. Minha ligação inicial com essa empresa foi estabelecida através de minha tia Elvira Medeiros. Em 1947 ela era escriturária da mesma. Em maio de 1948, com quase 13 anos, levado por ela, comecei a trabalhar em seu escritório como "office-boy". Como tinha conhecimentos de contabilidade, sabia escrever bem à máquina e possuía redação própria, substituí minha tia na contabilidade do estabelecimento quando tinha uns 15 anos de idade. Deixei o emprego quando resolvi me dedicar a estudos que me permitissem fazer exames de madureza para o ginásio. Desse modo, creio ter condições de expor aqui como era seu funcionamento, lembrar os nomes de algumas pessoas que lá então trabalhavam e discutir as razões que a levaram à crise e à paralisação de suas atividades.

### 2. História da fábrica

As origens da fábrica de chapéus, o capital empregado, a capacidade produtiva, a descrição do local onde estava instalada e outras de suas características já foi assunto tratado nesta revista, num artigo de Alessandra Baltazar. Ela foi fundada em 1925 por Afonso Vieira de Lima e pelo sócio José Pereira da Silva, falecido nesse mesmo ano. Afonso, segundo informações que me foram prestadas pelo Sr. Aurélio Benedini, além de vereador em Batatais,

\* Doutor em Sociologia, Livre-Docente em Medicina Social e professor associado aposentado da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, da USP.

era fazendeiro em Jardinópolis. De acordo com o mesmo informante, foi assassinado lá, em sua Fazenda, chamada da Barra, por um colono. De qualquer modo, a fábrica teve suas atividades encerradas durante a crise econômica de 1929-1930. Foi então adquirida por três sócios: Bráulio de Andrade Junqueira, Carlos Fugazzola e Guilherme Tambellini. O sócio majoritário era Bráulio, engenheiro que havia construído hidroelétricas para a Cia. Paulista de Força e Luz. Sobrinho da Sinhá Junqueira (Theolina de Andrade Junqueira, viúva de Francisco Maximiano Junqueira, o Cel. Quito), uma das grandes fortunas da região na primeira metade do século XX, Bráulio era gerente da grande usina de açúcar da tia, situada em Igarapava, denominada Junqueira (ou Cel. Quito). Carlos Fugazzola, italiano de Milão, contador, fora gerente do Banco de São Paulo (não confundir com o Banespa) em nossa cidade. Guilherme, de uma família de advogados, também militava no foro. Gerenciada por Fugazzola, a empresa retomou suas atividades.

Durante a Segunda Guerra ou logo após seu término, a empresa foi sacudida por uma greve liderada por Antônio Giroto, que, depois, participou de atividades políticas na cidade de Ribeirão Preto. Nesse período, uma das pessoas que trabalharam na fábrica foi um meu vizinho, o Sr. Jorge. Posteriormente essa pessoa exerceu as funções de porteiro do que era chamado então Clube da Piscina. Um filho da grande amiga de meu pai, D. Emília (a respeito da qual escrevi no primeiro número desta revista), Sr. José Malachias Marques, vulgo Juca Malachias, também fora e depois continuou sendo empregado da firma. Igualmente José Aleixo, meu vizinho da Rua 13 de Maio. Suponho que a greve tenha sido causada por questões salariais, uma vez que o salário mínimo estava congelado desde 1943, só tendo sido reajustado no segundo governo de Vargas, em dezembro de 1951. Apesar desse problema trabalhista, disseram-me que em muitos dos anos 1930 e 1940, a empresa foi bem sucedida. Na verdade, ela foi lucrativa até o começo dos anos 1950.

### **3. Funcionamento e empregados entre 1948 e 1952**

A fábrica de chapéus empregava sobretudo operários do sexo masculino. Quase todos, como eu, moravam no Bairro do Castelo. O número de empregados, de modo geral, ficava acima de 80 e abaixo de 100. Nos fundos do estabelecimento funcionava uma

serraria. Nela eram preparadas tábuas e caibros com os quais se montavam os engradados. As caixas de chapéus eram neles colocadas para que a mercadoria fosse despachada para seu destino. O serrador se chamava Rômulo. Era auxiliado por João e Antônio, que, salvo engano, eram aparentados. Eles também auxiliavam o motorista do caminhão, Sr. José Garcia. A serraria vendia igualmente para os consumidores da cidade. Era uma atividade lucrativa.

Além de "office-boy", eu transcrevia os pedidos que iriam acompanhar a fabricação dos chapéus e datilografava faturas e duplicatas. Nesse serviço também atuava a filha de um dos chefes de seção da fábrica, Sr. José Pinto. Chamava-se Solange. O pai se aposentou e ela o acompanhou, voltando a família para sua cidade de origem, Ouro Fino, em Minas Gerais. Depois que substituí minha tia na escrituração e na redação da correspondência, Olinda Marques e uma moça chamada Teresinha (talvez seu nome fosse escrito com z) ficaram em meu lugar e no de Solange.

Um importante funcionário da fábrica, nesse tempo, era Mário Lazzarini. Creio que era o responsável por quase todo o funcionamento dela. Havia um outro senhor que se encarregava da tinturaria. Lembro-me de sua figura mas não de seu nome. Sua função era de suma importância, pois era o especialista em conseguir a variedade de cores apresentadas pelos chapéus.

As moças trabalhavam na feitura das caixas, na costura e na primeira manipulação da lã de que resultaria o feltro. As caixas eram de papelão. Se não me engano, tinham um reforço interno de madeira. Durante o dia inteiro essas moças lidavam com uma cola quente, que, segundo creio, era feita de farinha de trigo. Envoltas num papel branco, nas caixas também se pregavam os impressos identificando o conteúdo e seu fabricante. Também eram moças que trabalhavam na limpeza da lã e na feitura, através de uma espécie de tear, das meias-esferas que depois, compactadas, se transformariam no feltro dos chapéus. Em outra seção, elas costuravam as carneiras, ou seja, aquelas faixas de material assemelhado a couro que fica por dentro do chapéu, na copa, perto da aba. Olhando de frente para o prédio da fábrica, a seção onde se manipulava primeiramente a lã ficava à frente do edifício e à esquerda do observador, do lado da Av. 9 de Julho. A seção de costura ficava à sua direita, à frente, dando para o jardim e para a continuação da Rua Marechal Deodoro. A

fabricação de caixas se efetuava no interior do prédio, atrás do escritório, que ficava logo na frente do prédio.

Numa das seções, talvez a de caixas, trabalhava uma quase vizinha minha chamada Cleonice Valentini. Morava na Rua Tiradentes. Foi ela que, sem querer, conversando despreziosamente, com certeza mudou drasticamente a trajetória de minha vida. Nessa conversa, ela me disse que estava fazendo um curso de madureza por correspondência. Eu não sabia dessa possibilidade. Interessei-me, estudei, fui aprovado e me tornei, na seqüência de meus estudos, um professor universitário. As circunstâncias, diga-se de passagem, são, quase sempre, decisivas na vida das pessoas. Isso já foi dito desde Heródoto, mas é interessante observarmos a verdade do fato em nossa própria vida.

Creio que praticamente todas as operárias eram solteiras. Naquele tempo, o costume era a moça abandonar o emprego quando se casava. A chefe da seção de costura, D. Alice, era uma mulher mais velha. Talvez fosse casada. Algumas das moças se casaram com homens que também lá trabalhavam. Uma outra minha vizinha, por exemplo, Ada Segatto, casou-se com Adão. Maria, filha do foguista Camilo Campeze, casou-se com Orlando.

Nos primeiros tempos em que trabalhei nessa fábrica, o vigia noturno se chamava Lincoln Braga. Era um homem bastante alto e magro. Ele devia, a cada hora, picotar um papel apropriado que era colocado num relógio especialmente fabricado para esse fim. Depois que ele abandonou o emprego, Camilo Campeze assumiu esse outro emprego. Era Camilo que fazia funcionar, com a forte pressão do vapor d'água da caldeira, os apitos que marcavam os horários de entrada e saída para os empregados e também para os moradores do bairro.

Uma função importante era a embalagem dos chapéus. A pessoa tinha de prestar a máxima atenção para que o produto embalado correspondesse ao pedido. Essa seção tomava boa parte do centro do prédio, com muitas caixas empilhadas. Quando comecei a trabalhar, o moço que realizava essa tarefa se chamava Ubirajara. Depois que foi ser empregado da Cia. Paulista de Força e Luz, foi substituído por outra vizinha, moradora, com os pais, na Rua José Garibaldi, Cirene Léllis.

Outros trabalhos de responsabilidade eram executados por

Adir Nazar, sobrinho do Dr. Jorge Nazar e filho de seu irmão João. Numa guilhotina cortava as enormes folhas de papelão; nelas, com outra máquina, fazia sulcos para que fossem dobradas para a montagem das caixas. Manipulava também um aparelho com letras e números, através do qual perfurava tiras de cartolina com o nome e endereço dos clientes. Sobre essas tiras, encostadas nas tábuas dos engradados, João e Antônio, na serraria, passavam uma tinta preta, deixando assim indicado o destino da mercadoria. Um irmão de Adir, Acir, trabalhava também numa das seções da fábrica. A seção principal, na qual trabalhava o maior número de operários e onde os chapéus tomavam forma, ficava no lado direito do observador que estivesse olhando de frente. Para lhes dar o formato definitivo, era usado o vapor d'água, conduzido por encanamentos a partir da enorme caldeira. Com o auxílio dele, as meias-esferas de lã fofa, tecidas pelas moças, se transformavam em feltro espesso e depois nos tipos de chapéus solicitados pelos compradores. As aparas de feltro que sobravam do corte das abas eram distribuídas, creio que gratuitamente e em igual proporção, entre os operários. Com elas, muitas pessoas em Batatais teciam tapetes em bastidores. Alguns deles, dependendo sobretudo das cores utilizadas, ficavam bastante bonitos. Muitos eram vendidos por aqueles que os teciam. Da tinturaria não tenho uma lembrança clara.

Passados mais de 50 anos, não é possível lembrar dos nomes das dezenas de pessoas que lá trabalhavam. Nos documentos delas, como carteiras de trabalho e cadernetas o IAPI (Instituto e Aposentadoria e Pensões dos Industriários), talvez ainda se possa encontrar minha letra. Os que citei foram lembrados porque trabalhavam em posições de mais visibilidade ou porque eram vizinhos.

#### **4. A queda**

Os chapéus produzidos por Bráulio & Cia. Ltda. eram vendidos principalmente para os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás. Menos para os do Paraná, Santa Catarina, Pernambuco e, talvez, Sergipe ou Paraíba. Entre os fins dos anos 40 e começo dos 50, a maioria dos homens, com 40 ou mais anos, usava-os como adorno ou proteção contra os raios solares. Também muitos homens mais novos. A competição não era forte. Creio que apenas existiam os da marca Cury e Ramenzoni. Se não estou

enganado, suas fábricas ficavam em Campinas. Não havia ainda queda acentuada da procura. Tanto assim é que, em algumas ocasiões, era preciso recorrer ao expediente das horas extras para atender ao aumento de encomendas.

O capital de giro da empresa era obtido através do desconto de duplicatas em dois bancos principalmente: Arthur Scatena e Lavoura de Minas Gerais. Os recursos obtidos no segundo eram transferidos para a matriz do primeiro, em Batatais. Naquele tempo, os pagamentos do pessoal eram feitos em dinheiro. As pessoas não tinham contas em banco. Eu fazia a folha de pagamento e verificava o número necessário de notas de cada valor para efetuar o pagamento no dia aprazado para tal. O caixa do Banco Arthur Scatena fornecia-as segundo a discriminação que lhe era enviada. Não me lembro se era o Sr. Carlos Fugazzola que trazia o dinheiro ou se era buscado por Terezinha ou Olinda Marques.

A crise (e depois a queda) começou com uma medida que parecia benéfica aos negócios da firma. Lá por 1950, o representante sediado em Recife propôs subcontratar viajantes que percorreriam o Interior do Nordeste para vender os chapéus. O Sr. Carlos aceitou a proposta. Foram preparadas as amostras necessárias. Como era de esperar, aumentou muito a procura. Houve então dois tremendos contratamentos.

Em primeiro lugar, o Nordeste sofreu uma séria seca em 1951, que se prolongou nos anos seguintes (Cf. Gaspari). Mas o pior foi um decreto do governo Getúlio Vargas, através do qual procurava atenuar, de uma forma economicamente primária, o aumento da inflação. Os preços, no Brasil, se haviam mantido mais ou menos estáveis depois da Segunda Guerra, embora sempre em alta. Começaram a aumentar a partir de 1950. No Rio de Janeiro, por exemplo, eles subiram 11% nesse ano. A mesma porcentagem em 1951 e 21% em 1952 (Cf. Skidmore).

Preocupado com as tensões sociais resultantes da inflação e do fato de o salário mínimo estar congelado desde 1943, Getúlio decretou que os produtos industriais só poderiam ser vendidos com uma margem de 20% em relação ao preço de custo. Esses congelamentos de preço, como todos sabem hoje (e os especialistas já sabiam naquele tempo) nunca funcionaram, mas são politicamente atrativos para os líderes populistas. Inocentemente, o Sr. Carlos Fugazzola cumpriu o decreto, sem subterfúgios.

Mandou que fosse impresso nas carneiras dos chapéus esse preço máximo. Diga-se de passagem que eram também moças, na seção de costura, que imprimiam os dizeres. Ora, esse preço máximo não levava em consideração os fretes pagos. Eles eram muito elevados no caso de chapéus, em razão do volume dos engradados. Imaginem quanto pagava de frete essa mercadoria embarcada em Batatais com destino a Santos? Daí, de navio, até Recife ou Cabedelo, por exemplo, que era o porto de João Pessoa? Em seguida, de ferrovia ou por caminhão, até uma pequena cidade do interior de um estado do Nordeste?

Como não poderia deixar de ser, choveram reclamações por parte dos comerciantes compradores. A inadimplência tornou-se enorme, em função dos dois acontecimentos: um produzido pela natureza, outro pela insensatez do Governo Federal. Quando, em fins de 1952 ou começo de 1953, eu resolvi deixar o emprego, a situação já não era boa. Creio que, dentro em pouco (talvez já em 1953), os sócios resolveram paralisar as atividades. Eu, entretanto, não estava mais acompanhando os acontecimentos, voltada minha atenção para assuntos pessoais. Lembro-me apenas de que a serraria continuou a funcionar, já que era superavitária, como sempre. Talvez a fábrica de caixas também pudesse ter continuado, se houvesse procura por parte de outras indústrias na cidade, o que não era o caso.

Aqui fica o registro de como uma medida governamental mal pensada e mal implementada pode resultar em conseqüências negativas, contrárias ao objetivo visado. Na análise sociológica esse tipo de prática tem até nome: "função latente". A irracionalidade está em que o objetivo não é alcançado em decorrência das conseqüências não previstas da ação. Pior, ele é obstaculizado pela conduta seguida. Esta pode, até mesmo, produzir resultados contrários aos almejados (Cf. Merton).

PEREIRA, José Carlos de Medeiros, The hats factory from Batatais: operation, employees, raise and fall. AMICUS, Batatais-SP, nº 10, pp. 67-74.

ABSTRACT: The operation of that factory is described by 1950. Names of some employees are mentioned. The factors which led than enterprise to crisis and closing are indicated.

KEYWORDS: Operation, employees, crisis and closing.

## REFERÊNCIAS

- BALTAZAR, Alessandra. "Fragmentos de memória: a fábrica de chapéus (1925-1953)", AMICUS, nº. 2, dezembro de 2000.
- GASPARI, Elio. A DITADURA ENVERGONHADA, Cia. das Letras, São Paulo, 2002, pp. 368 e 370.
- MERTON, Robert K.. TEORÍA Y ESTRUCTURA SOCIALES, Fondo de Cultura Económica, México, 1964, parte I, cap. 1, "Funciones manifiestas y latentes".
- SKIDMORE, Thomas. BRASIL: DE GETÚLIO A CASTELO, Editora Saga, Rio de Janeiro, 1969, p. 123 principalmente.

## CENTRO DE CULTURA FÍSICA DE BATATAIS SEGUNDO DEPOIMENTOS DE SEUS PIONEIROS E DE SEUS CONTINUADORES\*

Clotilde de Santa Clara Medina CARDOSO\*\*

RESUMO: O Centro de Cultura Física de Batatais (CCFB), fundado em janeiro de 1934, teve seus pioneiros que lutaram com denodo para, inicialmente, a construção de uma piscina. Sucederam-lhe uma quadra de esportes e um campo de tênis que foram se aprimorando com o passar do tempo, até colocar a entidade num avançado estágio de desenvolvimento esportivo.

PALAVRAS-CHAVE: Piscina, quadra de esportes, natação, basquete, vôlei.

### Introdução

Nas manhãs ou tardes ensolaradas, quem, descendo do centro da cidade, ou simplesmente transitando pela Avenida Dr. Oswaldo Scatena, na esquina da Rua dos Expedicionários, depara-se com uma garotada alegre brincando no trampolim de uma piscina, extravasando sua alegria e, muitas vezes, acenando para os que passam pela rua.

Neste ano, no muro daquele prédio, onde estão a piscina e o trampolim, já se pode ler num grande cartaz: "Centro de Cultura Física, 70 anos". O historiador logo pensa: "setenta anos, 1934". Afeito a direcionar seu pensamento para as determinadas épocas da História, procura transferir o que vê e o que acontece para os tempos já passados, encaixando-os num determinado contexto, isto para melhor compreendê-los e explicá-los.

Sendo maior o seu interesse do que uma momentânea observação, procura documentos, de preferência escritos, dos mais diversos teores, faz uso de registros nos jornais e também de depoimentos orais, valiosa fonte para se conhecer o passado.

\*A autora agradece a inestimável colaboração prestada pelo Sr. Júlio Jorge Abeid Filho, colhendo alguns depoimentos e procurando identificar diversas fotos.

Agradece também ao Sr. Henrique Sibin Neto, atual presidente do CCFB, por lhe ter franqueado documentos, fotos e o uso de matérias do *Boletim Informativo* dessa entidade.

\*\* Professora de História da Rede Estadual de Ensino, aposentada.

No dizer do senhor Júlio Jorge Abeid Filho, "infelizmente, por ocasião das reuniões preliminares para ressurgimento, escolha e eleição do Conselho Deliberativo, nos anos cinquenta, ocorreram várias enchentes provocadas pelo vazamento do córrego que atravessa o Clube. Num domingo, a secretaria, então, no sub-solo, sofreu a maior delas. Com água na altura dos joelhos os conselheiros "pescavam" papéis e documentos. E nossas atas de vários anos foram perdidas."

Para o estudo dos tempos anteriores à grande enchente, nos valem de relatos, importantíssimos para conhecimentos daquela história.

Certamente, a memória do depoente, subliminarmente impregnada de saudades "dos tempos que não voltam mais", pode traí-lo, ocorrendo conseqüentemente aquelas pequenas e inevitáveis discordâncias que precisam ser consideradas pelo leitor. Tal é o caso de imediato, da idéia de se fazer uma piscina. Segundo depoimento do saudoso Sr. Amélio Baldochi, tudo começou na sapataria do Carleto, na atual Rua Marechal Deodoro, ao lado da alfaiataria dos Irmãos Paciulli; por outro lado, fundamentados em depoimentos dos senhores Carlo Bianco, Cherubim Jardim, Irmãos Paciulli e Nelson Freire Viana, os Estatutos do Centro de Cultura Física de Batatais, datados de 1981, registram que a idéia de se fundar um clube nasceu na Alfaiataria dos Irmãos Paciulli, na Ladeira Dr. Mesquita.

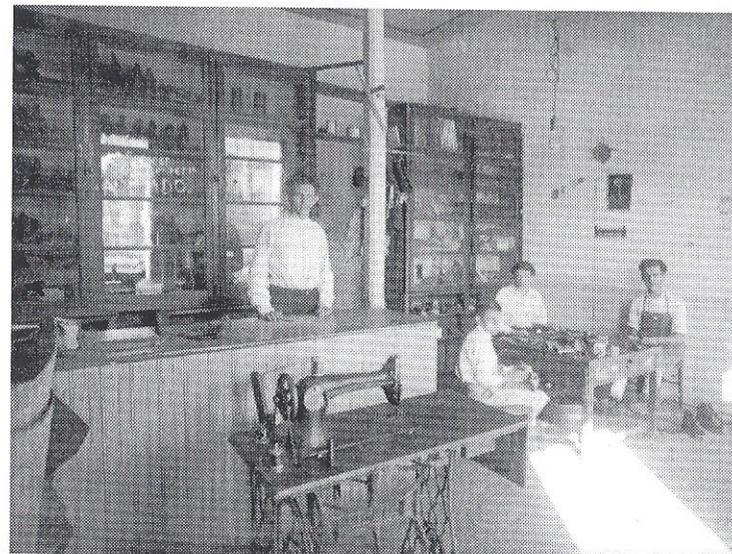
Que se respeitem, pois, as memórias daqueles partícipes das primeiras páginas dessa gloriosa história, ainda que apresentem tênues interrogações.

### Depoimento de Amélio Baldochi (1914-2003)

"Quase no fim da atual Rua Marechal Deodoro, havia uma loja do Carlo Bianco (Carleto). O Carleto era sapateiro e trabalhava à noite. Ao lado havia a alfaiataria dos Irmãos Paciulli (Júlio e Arlindo).

Lá se reuniam uma porção de homens para conversar. Eu era menino e ficava lá também juntamente com eles batendo papo. Diversos revendedores dali iam na cachoeira para nadar. De bicicleta ou mesmo a pé, pois não existia outro lugar onde se pudesse nadar. Um dia surgiu lá o senhor Antônio Ribeiro, que era um dentista muito fanático por natação, que dizia que ele praticava natação não por vaidade, mas por necessidade, porque era um médico quem mandava. Ele sentia não ter um lugar mais próximo da cidade para praticar aquele esporte. Sugeriu a idéia de se fazer uma piscina em Batatais. Depende, foi a resposta. Precisa formar uma diretoria e ver onde tem água."

### SAPATARIA BIANCO



No balcão: Carlo Bianco. Sentados: Alcebádes Luiz Bianco, sapateiro Sr. Leonel Isaac. Menino não identificado.  
Acervo: Prof<sup>a</sup> Maria Aparecida Bianco

Carleto era uma pessoa muito entusiasmada, e juntamente com seus irmãos Alexandre, Adolpho e outras pessoas, formaram uma comissão e foram falar com o prefeito. Ele concordou porque a região era de brejo e seria bom para a cidade. 'A prefeitura não pode ajudar muito, mas o que der...'

Eu entrei como sócio. Todo mundo entrou. Eles marcaram a inauguração. Era 1934. Enfeitaram lá com bandeirolas, fitas. Não sei quem ia cortar a fita, etc.

Eu tinha 18 anos. Fazia o Tiro de Guerra à noite, pois trabalhávamos durante o dia. Na véspera da inauguração da Piscina, resolvemos fazer uma traquinagem. Pulamos o pequeno muro que cercava a piscina e caímos na água que estava fria pra danar. Uma vizinha viu e nos delatou. Fomos considerados expulsos da Piscina e recebemos um castigo do sargento do Tiro de Guerra: atravessar o Cemitério Municipal à noite, de um por um, andando, sem correr.

Depois de uns quatro ou cinco meses pudemos começar a freqüentar a Piscina..."

#### **Depoimento de Aduino José (Zito) Covas**

Nadador exímio, o saudoso senhor Aduino (Zito) José Covas, também nos transmitiu seu depoimento:

"De família pobre, depois da aula no Grupo Escolar Washington Luís, vendia bananas pelas ruas desta cidade, que era muito pequena.

Certo dia ouvi a conversa de que o Cherubim, dono, com sua esposa, Dona Cota, da Camisaria Jardim, mais o Carleto, da sapataria, mais os irmãos Paciulli, estavam pensando em construir uma piscina, mas não sabiam exatamente onde poderiam fazer. Chamaram o engenheiro Carlos Zamboni para ajudar. Pensaram em fazer logo atrás do Cine São Joaquim, ou então na atual Av. Quatorze de Março, logo à esquerda da Rua dos Expedicionários, onde havia existido um pequeno tanque usado para natação pelos alunos do antigo Colégio Almeida, que ficava num sobrado, cuja entrada principal era na atual Rua Coronel Joaquim Alves.

Menino, morador do bairro do Castelo, caçando passarinho, jogando pelada, conhecia palmo a palmo as suas ruas. Conte pra eles que eu nadava numa região de barro branco,

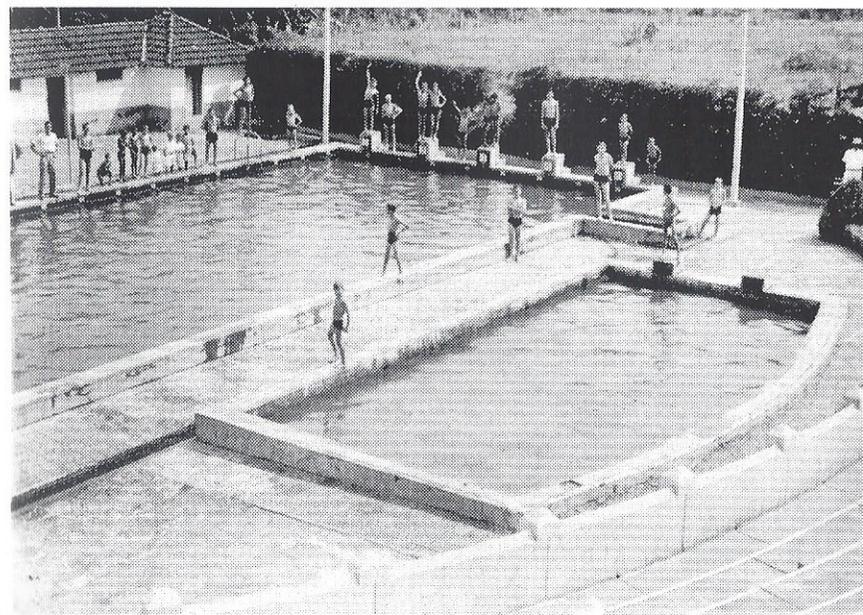
conhecida como 'barrão' ou 'brejão', onde havia um córrego, que tinha muita cobra e aranha, mas a água era limpa, pois dava até lambari e bagre. Ficava nos fundos da Rua do Outro Mundo, hoje José Augusto Fernandes, onde eu morava.

O pessoal foi lá e achou que estava bom. Pediram auxílio para o prefeito, José Pimenta Neves, que cedeu o terreno, que pertencia à Prefeitura. Quem organizou a construção foi o engenheiro Carlos Zamboni. Construíram antes uma represa para juntar a água que vinha de um córrego do Castelo e que encontrava com as águas do Córrego do Capão.

Um dia, quando o tanque ficou pronto, Zamboni me disse: 'Vem, você vai inaugurar a piscina'. Já estava preparado, com um calção debaixo da calça, e não esperei duas vezes: me joguei na água. Quando olho para trás, lá estava o engenheiro nadando atrás de mim. Na realidade eu não sabia nadar direito. Nadava no arranco, como sapo. Foi ele que me ensinou a nadar 'crown'.

Dessa forma tornei-me um nadador, usando muito aquela

#### **O "TANQUE" E SEUS FREQUENTADORES - (Anos 1940)**

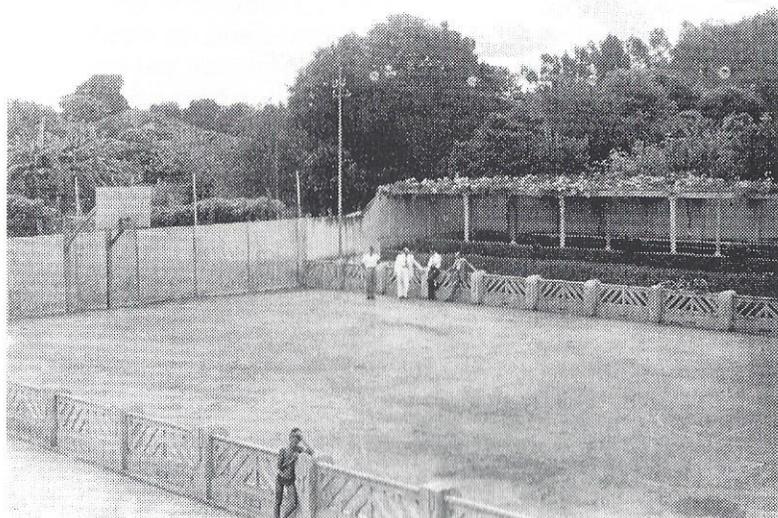


piscina e aproveitando todas as melhorias que foram feitas pelas administrações, das quais participei algumas vezes. Cheguei a competir numa travessia a nado do Rio Pardo e outras mais. Dediquei-me também à corrida, participando de várias São Silvestres.

Depois a Piscina comprou o terreno pertencente ao quintal de minha tia, Dona Ita Covas, na atual Rua José Augusto Fernandes e que chegava até a Avenida Quatorze de Março, onde fizeram as quadras de tênis e campos de futebol."

### A PRIMEIRA QUADRA DE ESPORTES

(Foto dos anos 1940)



O senhor Adauto Covas teve companheiros entusiastas na natação freqüentadores da Piscina, como o clube era chamado, costume esse que ainda se mantém. Entre eles, Mário Menezes Caran, Alvinho Roncaratti e Cassianinho.

No *Boletim Informativo* nº 1, do CCFB, homenageou-se o Cassianinho, que na realidade se chamava Geraldo Ferraz de Menezes. Nasceu em Batatais, em 1924, e faleceu em 1975. Era filho de Dona Octávia e do senhor Cassiano Ferraz de Menezes, proprietário de loja de materiais diversos na Praça Cônego Joaquim Alves e que era conhecida como *Loja do Cassiano*.

Começou a freqüentar a Piscina, já na sua inauguração, vindo

a se tornar seu primeiro instrutor de natação. Formou uma promissora equipe de atletas, que, com sucesso, representaram Batatais em vários Jogos Abertos. Pouco mais tarde, tivemos o jovem Paulo Zanetti, que participou das Olimpíadas em Montreal.

### EQUIPE DE NATAÇÃO (1960)

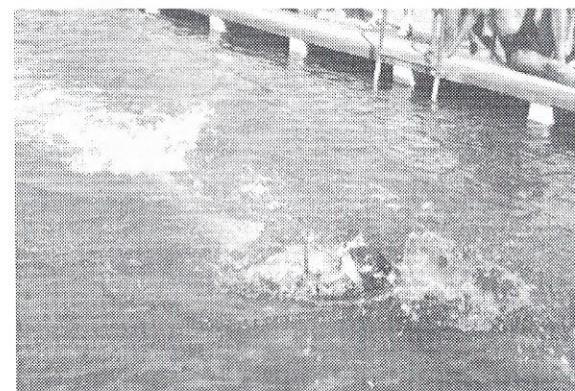


A partir da esquerda. Em pé: Geraldo Ferraz de Menezes (Cassianinho), Luiz Eduardo de Oliveira, Ênio Bartalini, Antônio Carlos F. de Barros, Rubens Dias de Moraes e não identif.

Agachados: Ayres Nelson Fernandes, Fausto Ferreira Cury, Lázaro Batista Rosa Filho e Auricélio Nogueira Braga.



Nadador Zito Covas  
Acervo AMICUS



Nadador Mário Menezes Caran

### Depoimento de Dirce Medeiros

"Quando a Piscina foi inaugurada em 1934, eu tinha sete anos e logo comecei a freqüentá-la. Era simplesmente um grande tanque feito de cimento, sem revestimento de azulejos. Meu pai, Manuel José de Medeiros, havia doado as pedras necessárias para a sua construção, pedras essas extraídas de sua fazenda, a Santa Terezinha.

Apesar de apresentar-se muito simples na sua estrutura, servia muito bem para os seus freqüentadores, que eram muitos, considerando-se a população da época e o poder aquisitivo das pessoas, que não era muito alto.

Não havia professor de natação. As pessoas ajudavam umas às outras, até que a principiante pudesse se desenvolver sozinha. Os vestiários consistiam em enorme barracão que ficava ao lado da piscina, onde havia três repartições, cada uma destinada aos homens, senhoras e crianças.

Algumas senhoras freqüentavam a Piscina, muitas vezes por indicação médica, e lá iam acompanhadas por seus filhos e netos. Tinham até mesmo um horário reservado para elas.

A diretoria organizava 'mafuás', que era uma espécie de quermesse, mas em pequena proporção. Eram realizadas em um campinho ao lado, onde eram armadas algumas barraquinhas de jogo de argolas, tiro-ao-alvo, etc. Havia também umas 'barquinhas', nas quais os freqüentadores se balançavam.

Lembro-me de haver participado de 'Carnaval à fantasia dentro da água', onde todos brincavam alegres.

Inicialmente havia somente a piscina, depois foi feita uma quadra onde se jogava basquete, naquela época chamada de 'bola-ao-cesto', e depois passou-se a jogar vôlei. Era uma quadra simples de cimento, na qual se ralava muito o joelho, mas isso



Senhoras nadadoras:  
Linda e Dina Ceraico  
Nori

não importava, pois queríamos mesmo era jogar.

Naquela época, havia grande rivalidade entre o Castelo e o Centro, em todos os aspectos. Eu morei sempre na Ladeira Marechal Deodoro, pertencente ao Castelo, e posso afirmar que era a equipe desse bairro que venciam os jogos na maioria das vezes.

Normalmente, as meninas usavam saia, mas quando jogávamos pelo Centro de Cultura Física, usávamos saia-calça e camiseta, de tecido brilhante, muito vistosa. Nessas ocasiões Castelo e Centro jogavam integrados.

Algumas vezes íamos jogar fora, como quando fomos representar Batatais em um torneio regional em São Simão. Nós fomos pela Mogiana e quando entramos no trem já se encontravam lá as jogadoras de Franca. Depois chegaram as de Ribeirão Preto, o que transformou a viagem numa alegre confraternização. Costumávamos jogar também contra o Grêmio Carneiro Leão, de Ribeirão Preto, uma equipe muito forte, da qual nunca conseguimos ganhar, pois elas eram atletas experientes.

### EQUIPE DE BOLA-AO-CESTO - 1943



A partir da esquerda. Em pé: Técnico: Geraldo A. Borges de Oliveira (Didi), Maria Inês Junqueira, Margarida Jorge, Corina Arantes, Míriam Borges de Oliveira, Nenza Boaretto, Eurídice Ferreira, Dirce Medeiros. Na frente: Rute Cassiano, Magda Caran, menino Ronaldo Jorge Nazar e Zita Mascagni.

Acervo: Dirce Medeiros

No início havia somente natação e basquete. Depois passamos a ter também vôlei. No Colégio das Irmãs (Nossa Senhora Auxiliadora), vôlei era bastante praticado e de lá foi levado, com algumas atletas, para a Piscina."

#### EQUIPE DE VÔLEI - 1950



A partir da esquerda: Carmelita Guimarães, Zilah Bergamini, Sílvia (atrás), Therezinha Zanta, Neves Manfré e Dirce Medeiros (ao centro)

O Centro de Cultura Física sempre esteve aberto para todas as escolas de Batatais praticarem seus eventos esportivos. Desta forma era comum os atletas treinados pelos professores de estabelecimentos de ensino, como o Ginásio Vocacional Cândido Portinari, com o Professor Murilo de Arruda Campos, ou então os professores João Cassiano e Amaury de Figueiredo, ambos do IESA, levarem seus alunos para treinos nessa agremiação. Essas equipes jogavam basquete ou vôlei, algumas vezes defendendo as cores do CCFB e da própria cidade de Batatais.

De Cláudio Marcolini, ex-aluno do IESA, jogador de vôlei, na equipe vencedora dos Jogos Estudantis de 1970, é o depoimento:

"Minha memória me transporta para a ansiedade com que acompanhei a construção do ginásio de esportes da 'Piscina' (Centro de Cultura Física). Todos nós acompanhávamos a construção

do ginásio coberto, pois assim não dependeríamos mais das condições meteorológicas para jogarmos. Era muito frustrante quando tínhamos um grande jogo e, na hora exata, começava a chover, e o jogo era adiado para outro dia. Além do mais, a inauguração seria nos Jogos Abertos de 1969. Mais uma vez o professor Amaury mostrou toda a sua colaboração na organização dos jogos e ainda não foi nesses jogos que fomos campeões, pois perdemos a final para Poços de Caldas." (Cardoso, 1999, pag.117)

#### EQUIPE DE BASQUETE-GINÁSIO VOCACIONAL (1965/6)



A partir da esquerda. Em pé: Prof. Murilo de Arruda Campos, João Luís Fantacini, José Adalberto Borges, José Mário Meneghelli, José Mário Francisco Gimenes, Ênio Garbellini, Plínio Girardi Filho.  
Ajoelhados: José Augusto Pereira da Silva, Fausto Pereira Degani, José Augusto Abreu, Ronaldo Sciema Tofetti.  
Acervo: Prof. Murilo de Arruda Campos

Na gestão do senhor Gustavo Simioni, houve a inauguração dos portões de acesso ao clube pela Rua dos Expedicionários, com belíssima marquise projetada pelo engenheiro Carlos Zamboni e onde se lê a sigla da entidade: CCFB.

Com grande afluência de público, foram inauguradas também

benfeitorias na piscina e uma placa comemorativa, descerrada por dona Elza Scatena, com a bênção do Monsenhor Mário da Cunha Sarmiento.

#### FESTIVIDADES DA INAUGURAÇÃO DA ENTRADA PELA RUA DOS EXPEDICIONÁRIOS (1942)



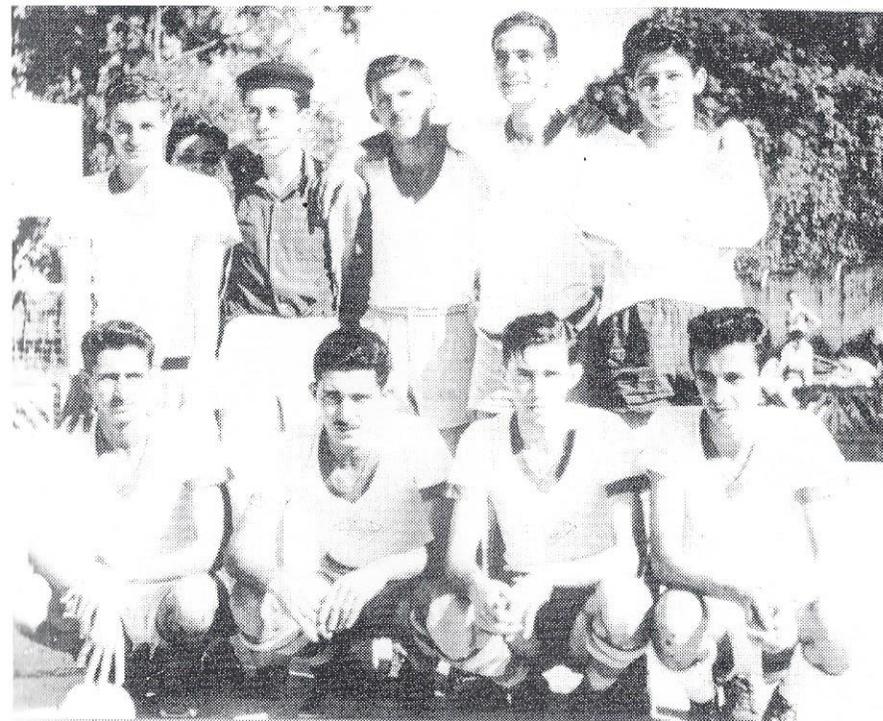
Identificados, entre outros: Nestor de Figueiredo (ex-gerente do Banco São Paulo), Gustavo Simioni, André Ricci Pippa, Carmosino Borges e Francisco Faggioni.

Atletas: Olavo Covas, Mário Menezes Caran, Milton Caran, Tonico Acra, Afonso Acra, Geraldo Ferraz de Menezes (Cassianinho), Edmundo Covas, Nadim E. Thame, Ary do Venâncio, Auricélio M. Guimarães.

Acervo: Gaspar Sousa Prado Neto

O *Boletim Informativo* nº 2 homenageou a equipe de Futebol de Salão, que em agosto de 1955 participou do campeonato da cidade "disputado na única quadra poliesportiva existente então em Batatais, já com arquibancada coberta por um florido caramanchão. Nessa época a Piscina possuía uma das melhores equipes da cidade e que serviu de espelho para o aparecimento de novos jogadores e futuros bi-campeões dos Jogos Abertos da Alta Mogiana de 1959 a 1963."

#### PRIMEIRO TIME DE FUTSAL - 1954/5



A partir da esquerda. Em pé: Agostinho Rodrigues, Geraldo Contadini, Oswaldo Marinheiro, Manir João, Roberto Boareto.  
Agachados: Laércio Maniere, Oswaldo Valenciano, Luiz Rizatto, Milton Garcia Alves.

A partir dos anos 1940, o tênis também foi praticado no CCFB. Do senhor Antônio Benedito Corrêa, um dos mais antigos esportistas desse nobre jogo, é o relato.

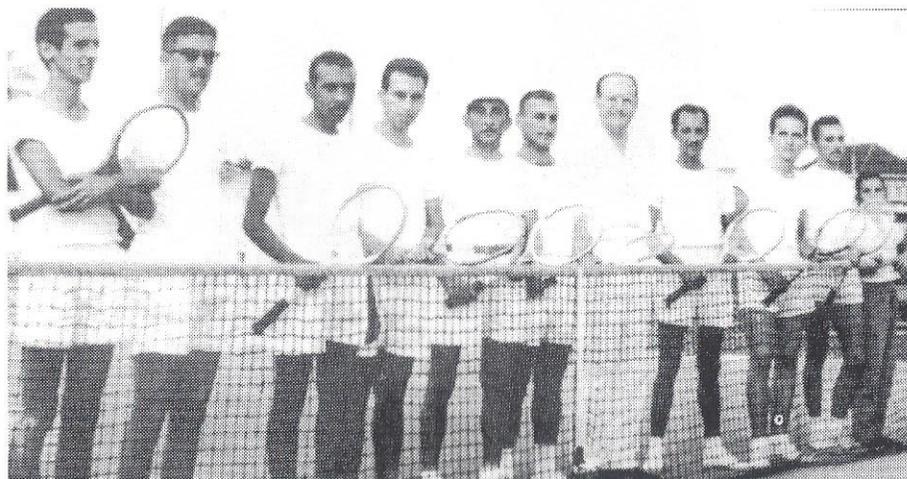
"Moro desde pequeno na frente do Estádio do Batatais Futebol Clube, criado em 1919. Quando menino, no fundo do prédio desse clube havia uma quadra de tênis, e eu gostava de ficar olhando os jogos que ali se faziam. Quando uma bola caía, eu pegava. Dessa forma me tornei o 'pegador' oficial.

Dentre as pessoas que praticavam tênis, estavam Cássio Alberto Lima, o Dr. João de Sousa Marques, o Dr. Manoel Alves Pereira, Paulo e Leonor Scatena e o Sr. Amílcar, dono de uma

alfaiataria que ficava na Rua Cel. Joaquim Rosa, onde hoje é a Caixa Econômica Federal. Ele me levou para trabalhar no seu estabelecimento. Tornei-me alfaiate e jogador de tênis. Nossa alfaiataria foi mudada depois para a esquina da atual Rua Dr. Leandro Cavalcanti, onde fiquei até me aposentar.

A quadra em que jogávamos tênis na Piscina era um pouco precária, mas depois foram construídas outras de muito melhor categoria.”

#### EQUIPE DE TÊNIS - (ANOS 1950)



A partir da esquerda: Milton Garcia Alves, Paulo Sérgio Lima, Antônio Benedito Corrêa, Lázaro Laurato (Tuca), Dr. João de Sousa Marques, Botelho (viajante da Lacta), Dr. Paulo Scatena, José Augusto Silva (Zezinho), Dr. Rubens Ricco, Sargento Pereira (instrutor do TG 122), menino Mandioca (pegador de bola).

Do *Boletim Informativo* nº 3, é a informação: “Ano 1950 - Equipe de Futebol do Centro de Cultura Física, que marcou época não só pela qualidade técnica de seus atletas mas também pela irreverência de alguns de seus jogadores (destaque maior para o atacante Fiquinho), que em campo dava um verdadeiro *show* de bola. Equipe que marcou gol de placa na história do nosso clube.

Esta equipe, imbatível em seus domínios (campo do barro preto), sempre era convidada para apresentações em campos da região pelo seu forte conjunto de atletas.”

#### JOGO CONTRA IGARAPAVA - 1950



A partir da esquerda. Em pé: Presidente do Igarapava F.C., Sérgio, Melani, Coloti, Walter, Carlito, João, Dabinha, Zezito, João Cassiano, Caneli (juiz), Sr. Tormatore, Odorico Degani.  
Ajoelhados: Dedu, Toniquinho, Zeca Squarizzi, Roberto Cassiano, Jair e Fiquinho.

Acervo: Carlos Fábio Vidal

#### Depoimento do senhor Júlio Jorge Abeid Filho (Julinho)

Presidente do Conselho Deliberativo de 1970 a 1980

Presidente de 1980/1988

“Ingressei na nossa ‘Piscina’ como secretário do Presidente Dr. Paulo Scatena em 1954. Em 1966 passei para secretário do então recriado Conselho Deliberativo, com o presidente Anselmo Testa. Em 1970 fui eleito presidente do Conselho, reeleito até 1980, quando por indicação do Presidente Dr. Baldochi fui eleito Presidente da Executiva, reeleito até 1988.

Sempre fui feliz na escolha dos companheiros de Diretoria: Waldemar Silva, Dr. Cássio Alberto Lima, Ary Zanella, José Assad Filho, José Antônio Caroli Caran, Antônio Rodrigues Vicentini, Servílio Solimani, José Mário Lellis, Dr. Paulo de Tarso Garcia Junqueira, Uriel Bergamini, Carlos Fábio Vidal e muitos outros.

O grande desenvolvimento da Piscina foi iniciado com o Presidente Dr. Paulo Scatena, que encontrou o clube praticamente desativado. Construiu a piscina grande e fez a grande reforma. Deu a grande arrancada. Depois dele, destacamos

o Presidente Dr. José Marcílio Baldochi, que construiu o Ginásio de Esportes. Em 1980, em conjunto com companheiros dedicados, onde destaco o engenheiro Dr. Paulo de Tarso Garcia Junqueira, responsável pela execução das obras e Ary Zanella, Diretor-Administrativo, pudemos fazer: as atuais quadras de bochas, uma quadra de tênis, com iluminação, a praça na frente do Ginásio de Esportes, os campos de 'canindé' e sua iluminação, reforma do então vestiário e demos incentivo à prática de todas as modalidades esportivas.

Em 17 de novembro de 1981, colaborei na reforma do Estatuto Social, quando contei com assessoria do Dr. Antônio Claret Dal Pícolo, Diretor."

Em 1987 o Sr. Júlio Jorge Abeid Filho inaugurou, na Sala da Diretoria do CCFB, a Galeria dos ex-presidentes, um painel onde constam todas as fotografias dos homenageados.

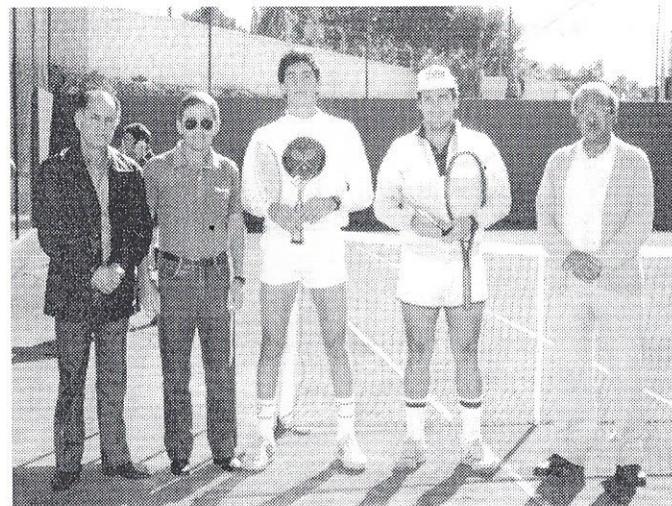
Para a inauguração foram convidados não só os presidentes da "primeira hora", como também seus familiares, bem como os familiares dos presidentes já falecidos.

#### INAUGURAÇÃO DA GALERIA DOS EX-PRESIDENTES



A partir da esquerda: Sr. Júlio Jorge Abeid Filho, Sr. Arnaldo Alcover Júnior, Dona Maria (Cota) e senhor Cherubim Jardim.

#### INAUGURAÇÃO DE QUADRA DE TÊNIS - 1987



A partir da esquerda: Júlio Jorge Abeid Filho, José Augusto Nascimento, tenista Roberto Jábali, instrutor Edson, Antônio Benedito Corrêa.

#### INAUGURAÇÃO DO CAMPO DE "CANINDÉ" - 1987



A partir da esquerda. Em pé: José Mário Lellis, Júlio Jorge Abeid Filho, André Dal Pícolo, Sebastião Jordão, Nogueira, José Antônio, Pixinga, Sula, Nelsinho Manfrim, Mané Galvez, Dr. José Marcílio Baldochi, Dr. Paulo de Tarso Garcia Junqueira, menino Thiago, Dr. Antônio Claret Dal Pícolo, Carlos Fábio Vidal.

Agachados: Rato, Edison, Valdeci, Bér gamo, Requinha, Réquia, Mário Costinha, Nilton. Meninos: Samuel, Thiago, Neto.

## **ENGENHEIRO JOSÉ MARCÍLIO BALDOCHI** **Presidente em 1965-1970 e 1976-1980**

Antes, durante e depois de ser Presidente, o Dr. José Marcílio Baldochi foi Diretor e Engenheiro do Centro de Cultura Física.

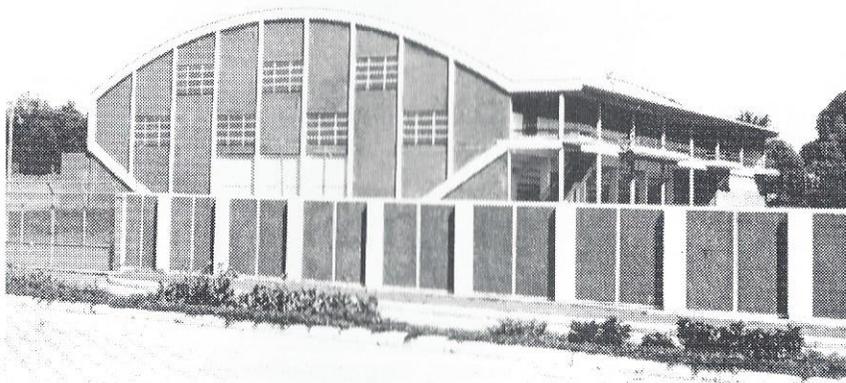
Na presidência é justo destacar algumas de suas realizações:

Reforma do Estatuto Social, aquisição de terrenos, triplicando a área patrimonial, criação do Fundo Social, ou seja, lançamento de Títulos Patrimoniais para financiar obras. Construção do Ginásio de Esportes. Posteriormente sua manutenção e reformas necessárias. Perfuração do poço profundo para abastecimento de água. Além dessas, podem ser destacadas outras realizações, tais como:

Desenvolvimento de atividades esportivas, filiação na Federação Paulista de Natação, contratação do técnico Abílio Álvaro da Costa Couto, que trazia em seu currículo a travessia do Canal da Mancha a nado, proeza na ocasião e participação do CCFB nos Jogos Regionais da Zona Norte.

Dr. Baldochi reconhece a colaboração de todos que com ele trabalharam e com justiça ressalta o trabalho dos companheiros João Estanislau de Freitas Camargo (Jolau), que propôs à diretoria e executou a confecção de carteirinhas para todos os associados e seus dependentes e, juntamente com Altair Vallini, zelaram pelo bom funcionamento da secretaria.

### **GINÁSIO DE ESPORTES VISTO DA AV. QUATORZE DE MARÇO**



## **ATLETAS PRESENTES À INAUGURAÇÃO DO GINÁSIO DE ESPORTES**



A partir da esquerda, de baixo para cima: Mário Menezes Caran, Corina Arantes, Gilka Vianna, Dirce Medeiros, Nenza Boaretto, Lino Aleixo, Margarida Jorge, Rute Cassiano, Magda Caran, Afonso Moratto, Álvaro Roncaratti, Edmundo Covas, Eurídice Ferreira, Cyro Farinelli, Arnaldo Moratto, João Cassiano, "Gatão", José Jorge (José do Benedito).

Acervo: Dirce Medeiros

## **ADMINISTRAÇÃO DO PRESIDENTE MOACYR DIAS DE MORAIS (1970-1976)**

No dizer do Sr. Júlio Jorge Abeid Filho, é de justiça mencionar essa administração, que foi muito eficiente, toda ela voltada à conservação do Patrimônio Social.

Com mão forte, deixou considerável reserva de caixa.

Nesta seqüência, grosso modo cronológica, é da maior importância o "Histórico" publicado em 1984, ano em que se comemorou o cinquentenário da sociedade, junto aos estatutos de 1981, texto de autoria do Sr. Júlio Jorge Abeid Filho, quando este ocupava o cargo de Presidente da Diretoria Executiva.

## HISTÓRICO

"Quando numa tarde calma, da calma Batatais de 1934 na alfaiataria dos Irmãos Paciulli, na Ladeira Dr. Mesquita, nasceu a idéia de se fundar um clube recreativo em Batatais, por maior que fosse o idealismo daqueles jovens: Cherubim Jardim, Alexandre Bianco e os irmãos Angelo, Alberto e Júlio Paciulli, jamais poderiam sonhar que hoje, passados 50 anos, a boa semente plantada às margens do córrego que divide a cidade vem unindo Batatais. Unindo pela prática do desporto e pelo lazer sadio.

Nesse período de tempo, TÃO LONGO quando se projeta realizar ou programar algum sonho, e TÃO CURTO quando se olha para trás e podemos verificar que com desprendimento ajudamos a fazer algo em benefício da coletividade, muita transformação aconteceu em 50 anos. Nosso patrimônio é grande. Nossos associados somam mais de mil. E mais importante que nossas conquistas é a integração Clube x Cidade. É o respeito e o carinho recíproco do batataense para com nossas cores.

- 1934 - Cherubim Jardim
- 1935 - Antônio Ribeiro
- 1936/1937 Alexandre Bianco
- 1938/1941 Dr. José Garcia de Barros
- 1942/1944 Gustavo Simioni
- 1945 - Américo Gaeta
- 1946/1948 Dr. Antônio Nogueira de Oliveira
- 1948/1950 Dr. Oswaldo Scatena
- 1951/1953 Arnaldo Alcover Júnior
- 1953/1954 Oswaldo Scatena
- 1954/1963 Dr. Paulo Scatena
- 1963/1965 Dr. Moacyr Simioni Mascagni
- 1965/1970 Dr. José Marcílio Baldochi
- 1970/1976 Moacyr Dias de Moraes
- 1976/1980 Dr. José Marcílio Baldochi
- 1980/1988 Júlio Jorge Abeid Filho
- 1988/1994 Dr. Paulo de Tarso Garcia Junqueira\*
- 1994/1996 Dr. Abdenor Tahan Maluf
- 1996/2002 Dr. André Domingos Pippa Tomazella

\* A partir dessa data, os dados foram atualizados.

2002-2004 Henrique Sibin Neto

2004-2006 Henrique Sibin Neto

E até hoje, todos contribuíram com seu quinhão, para que o tanque de natação de ontem se transformasse no Clube de nossos dias. Um clube aberto ao associado.

Muita luta, muita perseverança e determinação, só assim se consegue ajudar Batatais."

Pessoas que ocuparam cargos modestos no Centro de Cultura Física, mas que viveram boa parte de sua história, prestaram também o seu valioso testemunho. Tal é o caso do relato abaixo:

### DEPOIMENTO DE ONÉSIO CUSTÓDIO DA SILVA

"Em 01/08/1970, pelas mãos do senhor Epaminondas Caroli, Diretor Social do Centro de Cultura Física de Batatais, fui contratado para trabalhar como zelador do Ginásio de Esportes. O presidente do Clube era o industrial senhor Moacyr Dias de Moraes, grande administrador, estimado por todos. Eram diretores na época o engenheiro civil Dr. José Marcílio Baldochi, o advogado Antônio Claret Dal Picolo (Esportes), o professor Agnaldo Silva Nori, o senhor Ary Zanella, o senhor José Marcelino Krempel, entre outros.

Todas as terças e quintas-feiras, no período da manhã, a quadra era reservada para a ginástica das senhoras da terceira idade. Portanto, naquela década já se pensava nisso. Não é de agora. À tarde, das 16 às 18 horas, para o voleibol. Às segundas, quartas e sextas, adentravam os estudantes, meninos de ouro do professor Joaquim Amaury de Figueiredo, campeões estudantis. Às terças e quintas, as garotas da professora Zoé Bergamini; sendo antes, das 14 às 16 horas, as alunas da Escola Nossa Senhora Auxiliadora, colégio hoje desativado.

Todo ano, aproveitando o aniversário da cidade, 14 de março, ou a entrada da primavera em setembro, havia as realizações dos tradicionais Campeonatos de Futebol de Salão, cujos títulos muitas vezes foram conquistados pela firma Baema, equipe mantida pela nata dos atletas do Batatais F. C., ou com os pratos do Fantasma da Mogiana. Mas, para mim, os melhores jogos eram entre o Banespa e o Banco do Brasil.

Em todos os jogos, fosse de Batatais ou de cidades vizinhas, o Centro de Esportes ficava lotado. Um barulhão. E fora, os carrinhos de pipocas, de picolés, de lanches; jovens paquerando, pessoas de outras praças, veículos parados pelas duas margens da Avenida Quatorze de Março, etc... Mais que um espetáculo, era *show*. Fantástico ainda era por ocasião das demonstrações esportivas e de festivais pátrios que os professores das faculdades Claretianas de Batatais faziam em quadra com seus alunos.

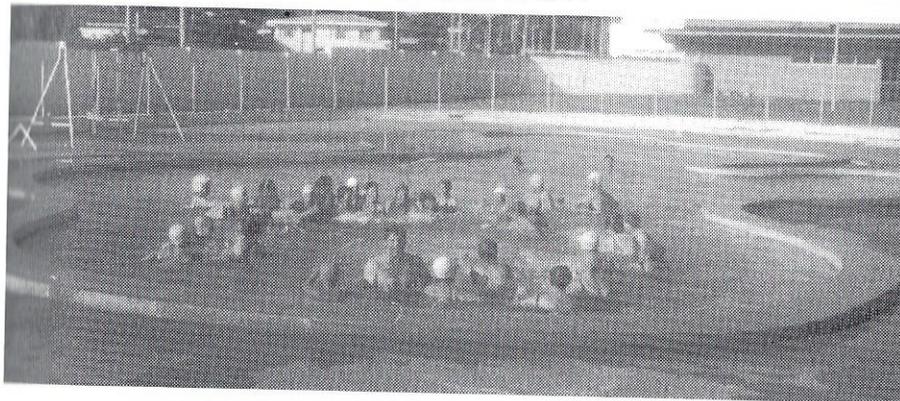
Quando estava para haver o campeonato de futebol de salão, na tarde do primeiro jogo, por volta de 16 horas, um temporal com chuva de granizo acabou com as telhas de vidro, inundando a quadra 'espelho e menina dos olhos de seu idealizador', o Dr. Baldochi. Assim que o temporal acabou, dez minutos depois entraram os diretores todos assustados, mal acreditando no que viam. Percebendo que o campeonato não poderia ser iniciado, desmarcaram os compromissos esportivos e eventos daquele prédio, por um mês todo, até que o piso ficasse restabelecido.

O Centro de Cultura Física de Batatais foi palco de muitos outros eventos, tais como de duas festas de Folias de Reis, realizadas no mês de janeiro (1971/1972), recebendo foliões de diversas cidades (Altinópolis, Guará, Guaíra, Ribeirão Preto, Santo Antônio da Alegria, Passos, etc...)

Não estive presente na ocasião da inauguração do Ginásio de Esportes em 26 de julho de 1969, conforme ainda se lê na Placa Oficial, uma homenagem do Sport Club Corinthians Paulista. Ou na outra à direita, com os dizeres 'Ao engenheiro Baldochi, Presidente Dinâmico. Homenagem dos Associados do CC Física de Batatais - 26/07/1969'. Mas, estou hoje, com todo carinho, relatando os fatos marcantes de que me lembro, da convivência geral, de aprender, sentir, ver e viver sadiamente — o que um Clube esportivo pôde fazer por uma geração e a mim —, do qual também pude desfrutar como atleta, atuando pela equipe de vôlei do CCFB. Despedi-me dali para ser funcionário público estadual. Mas, pela consciência do dever cumprido, estou grato por ter feito parte do quadro de funcionários junto com o Edmar, Joaquim Pupin, o Sílvio Caroli, o Carlos Eduardo, entre outros que por ali passaram. Tempo bom. Saudade."

No período de 1971 a 1978 o CCFB teve como professor de ginástica e natação o professor José (Zezinho) Tassinari. Com turmas de adultos e crianças, e para os dois sexos, teve suas aulas muito concorridas, principalmente no tocante às aulas para senhoras, com uma expressiva frequência de pessoas na faixa etária dos 60-70 anos.

#### AULA PARA SENHORAS



#### ADMINISTRAÇÃO DO ENGENHEIRO PAULO DE TARSO GARCIA JUNQUEIRA (1988-1994)

Participou como Diretor de Esportes na segunda gestão do Dr. José Marcílio Baldochi. Foi o Diretor de Obras na administração do Sr. Júlio Jorge Abeid Filho e, como tal, responsável pelo projeto e execução dos trabalhos realizados, que foram vários, como podemos verificar:

Construção da piscina recreativa, antiga aspiração dos associados. Além desta, construiu mais uma quadra de tênis iluminada, deixando outra preparada. O bar da piscina recreativa foi enriquecido com um quiosque. Reformou o antigo vestiário e fez a manutenção geral.

Deu incentivo à prática pelos usuários de várias atividades esportivas, entre elas, a criação das "escolinhas de tênis".

O Dr. Paulo de Tarso destacou ainda a colaboração e o companheirismo de toda a diretoria, mencionando nesta, em especial, o vice-presidente do Conselho Deliberativo, Dr. Antônio Claret Dal Picolo e o diretor Antônio Acra Freiria.

## DEPOIMENTO DE HENRIQUE SIBIN NETO

Presidente nas gestões de 2002/2004 e 2004/2006

"Em 1962 comecei a freqüentar o CCFB, juntamente com meu primo Rômulo Ângelo Zanco Filho, com o propósito de aprender a nadar, isto porque na época ficava encantado só em assistir os treinos de natação, onde se destacavam Lazinho Rosa, Geraldo 'Cassianinho', entre tantos outros.

Afastado em 1970, voltei a fazer parte do quadro social em 1985. Em 1988, convidado pelo amigo Dr. Paulo de Tarso Garcia Junqueira, passei a fazer parte da Diretoria Executiva, como Tesoureiro. Nessa oportunidade, iniciamos e concluímos a construção da piscina recreativa, reformamos a sauna, construímos a quadra de tênis central e alguns quiosques. Foi criada a Escolinha de Tênis. Além dessas, foram feitas outras obras de infra-estrutura. Na gestão seguinte, continuei na diretoria como 1.º Vice-Presidente.

Em 1994, fui convidado a continuar, ainda como Tesoureiro, na diretoria encabeçada pelo Dr. Abdenor Tahan Maluf, quando iniciamos a construção dos novos vestiários.

Em 1996-2002, na gestão do Dr. André Domingos Pippa Tomazela, continuei participando da diretoria, como tesoureiro. Neste mandato do Dr. André, várias obras foram iniciadas e concluídas, como, por exemplo, iluminação da quadra central de tênis, construção da terceira quadra, construção da área da churrasqueira, substituição do revestimento da piscina pré-olímpica, construção de quiosques, construção e equipagem da academia de ginástica, reforma da sauna, reforma do ginásio de esportes e início da construção da piscina térmica.

Em 2002, fui convidado pelos amigos de Diretoria a assumir a presidência, para dar continuidade à expansão social e patrimonial do clube, tendo como companheiros Dr. Abdenor Tahan Maluf, Dr. Eduardo Silva Ricco, Dr. Antônio Fernandes Videira Jr., Dr. Fábio Tomazela, Marcelo Luís Boncompani, Márcio Henrique Missiato, Rubens Faggioni e José Antônio da Costa. Concluímos as obras da piscina térmica e, conseqüentemente, iniciaram-se as atividades de hidroginástica. Neste íterim foram adquiridos novos aparelhos para a academia, ampliação da área da churrasqueira, com a

construção de sanitários femininos nessa área, reforma dos sanitários da bocha e da lanchonete, aumento da área de sol da piscina recreativa, construção de quiosques, construção de lavanderia e mais recentemente a ampliação do espaço físico da academia e da lanchonete.

Além da expansão patrimonial, foi dado um enfoque especial à participação efetiva do associado e iniciamos uma série de eventos esportivos voltados para as competições entre sócios de clubes co-irmãos da região, com a realização do que chamamos de 'desafio entre clubes'.

Passamos a editar o *Boletim Informativo*, onde transmitimos aos nossos associados, com muitas fotos, novidades do clube, sua história, relação de novos sócios, aniversariantes do bimestre, dicas médicas e humor."

## INAUGURAÇÃO DA PISCINA TÉRMICA GERALDO FERRAZ DE MENEZES (CASSIANINHO)



A partir da esquerda: Sra. Élide Venturoso de Menezes, Nelson Venturoso Menezes, Tércio Venturoso Menezes, Henrique Sibin Neto, professor Valério Pavan, Dr. Paulo de Tarso Garcia Junqueira e filha, Júlio Jorge Abeid Filho, Sebastião Luiz Corrêa.

## Conclusão

Mais valiosos do que eventuais considerações da autora, são os depoimentos aqui registrados. Através deles, podemos bem aquilatar o extraordinário trabalho desenvolvido nesses setenta anos, que fez do antigo tanque de natação e quadra que "ralava os joelhos", o grandioso complexo esportivo, que se presta não só à prática de esportes, fator importantíssimo para a manutenção da integridade física, mas também visando à recreação de camadas da nossa sociedade nas mais diversas faixas etárias.

CARDOSO, Clotilde de Santa Clara Medina, Physical Centre of Batatais according to the deposition of its pioneers and followers. AMICUS, Batatais-SP, ano V, nº 10, pp. 75-100.  
ABSTRACT: The Physical Centre of Batatais was founded in January 1934. Its pioneers made a great effort to build initially a swimming pool. Sports and tennis courts came after. They have been improved along time placing the Centre in a advanced stage of sportive development.

KEYWORDS: Swimming pool, sports court, tennis court, swimming, basket ball, volley ball.

## BIBLIOGRAFIA

CARDOSO, Clotilde de Santa Clara Medina.(org.) *IESA DE OURO (1948-1998)*.s.c.p., 1999.

Diversos números do:

*Boletim Informativo* do Centro de Cultura Física - Batatais-SP

FOTOGRAFIAS: As fotos onde não constam os créditos são todas pertencentes ao acervo do Centro de Cultura Física.

## CONTRIBUIÇÕES PARA UM EXAME HISTÓRICO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS

Walter CARDOSO\*

RESUMO: Breve histórico da composição das Câmaras Municipais, desde a introdução do sistema no Brasil, até nossos dias. Destaque para Batatais.

PALAVRAS-CHAVE: Câmaras, vereadores, eleições, legislação.

### 1- Introdução

De abril a junho do corrente ano, a imprensa brasileira noticiou e comentou a decisão do Tribunal Superior Eleitoral, reduzindo o número de vereadores. Seguiu-se reação da Câmara dos Deputados, visando abrandar tal decisão, através de uma reforma constitucional. Propositura derrotada pelo Senado, permanecendo assim a decisão do Tribunal Superior Eleitoral.

Não se pretende discutir essa questão sob seus aspectos legais ou político-partidários, mas dado o interesse despertado, parece válido expor-se, ainda que de forma sucinta, a composição das Câmaras Municipais, sobretudo acerca de seu número de vereadores, através de quatro séculos e meio da existência dessa Instituição.

### 2- Câmaras Municipais no Brasil Colonial

Como era de esperar, as Câmaras das cidades e vilas brasileiras do período colonial obedeceram à legislação portuguesa daqueles tempos. Inicialmente, foram as leis compiladas e revistas por ordem do rei D. Manuel, mais conhecidas como *Ordenações Manuelinas*. Trata-se de um código de 1514, definitivamente editado em 1521. Cumprindo, pois, as determinações das *Ordenações*, fundaram-se, entre outras, as vilas de São Vicente e de São Paulo, cujas Câmaras, denominadas *concelhos*, eram formadas por *oficiais* eleitos, mandato de um ano, embora as eleições se fizessem de três em três anos.

O processo das eleições merece registro: ao se chegar às "oitavas de natal", convocavam-se os "homens bons" (isto é, nobres e pessoas de maior prestígio) e o povo. Então, através do voto secreto, porém oral (eram tempos em que somente os *escrivães* tinham que ser alfabetizados), escolhiam-se seis

\*Doutor em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

"elegedores" (*Ordenações*, 1797, Tratado XLV, p. 315), os quais votavam para juizes, vereadores e procuradores, para o triênio que teria início em janeiro. Como o mandato de cada oficial era de um ano, elegiam-se os membros para os três anos. Além dos cargos acima, centros urbanos maiores poderiam eleger tesoureiros, ou mesmo outros oficiais considerados necessários.

Dada, pois, a diversidade de cargos e funções, os *concelhos* municipais exerciam os poderes legislativo, judiciário e executivo locais. Quanto aos vereadores, cabiam-lhes entre outros, os seguintes encargos: não permitir que alguns oficiais usufríssem indevidamente de benefícios; antes de aprovar posturas antigas, ou de propor novas, consultar juizes e homens bons que conhecessem os costumes do lugar; impedir a interferência dos senhores da terra, ou seus servidores, nos trabalhos da Câmara; taxar os diversos ofícios, bem como o que se comprasse ou vendesse, segundo os costumes locais; impedir que pessoas poderosas "permaneçam no recinto da Câmara, quando se fizerem eleições", etc. (*Ordenações*, 1797, Título XLVI, p. 322-34).

Em 1595, o rei Filipe II, de Espanha e I de Portugal, determinou que as *Ordenações Manuelinas* fossem reformadas. O novo código, publicado pela primeira vez em 1603, conhecido como *Ordenações Filipinas*, vigorou no Brasil até a Independência. Embora se fundamente no anterior, é mais minucioso. Assim, por exemplo, no item relativo às posturas, determina-se que os vereadores respeitem os costumes antigos locais, fazendo modificações somente no que for considerado benéfico (*Ordenações*, 1833, Título LXVI, p.178).

Nenhum dos dois códigos, Manuelino e Filipino, estabelece o número de vereadores das Câmaras, mas, passados dois anos da entrada em vigor deste último código, uma provisão determinava maiores rigores para a escolha dos elegíveis. No caso dos vereadores, seriam dois ou três, para cada ano (Matoso, 1993, v.3, p.183). No Brasil, a Câmara da cidade de Salvador, então sede do Governo, tinha três vereadores (*Documentos ... Salvador, s.d.*, p.15-6; *idem*, p.62-3).

Quanto à vila de São Paulo, tudo leva a crer que sua Câmara passou a funcionar regularmente a partir de 1560, com um juiz, dois vereadores, um almotacé (responsável pelos víveres e lançamento de tributos), um escrivão e um procurador. Elevada à categoria de cidade, São Paulo permaneceu ainda com dois vereadores, até pouco mais de vinte anos, quando esse número foi

elevado a três, para cada ano (Actas 1730-1736, v.10, p.105-79). Vila Rica, dada sua importância econômica, já tinha, em 1711, três vereadores (*Anais da Biblioteca Nacional*, 1927, v.49, p. 202).

A fim de que melhor se possa compreender a importância das Câmaras coloniais, deve-se considerar o que essa instituição representou em Portugal, onde, conforme tradição que se iniciara em 1385, os *concelhos* escolhiam seus representantes, que participavam de antigas assembleias, denominadas "Cortes" (Barros, 1945-1954, v.III, p.178). Essa concessão também se fez às Câmaras brasileiras coloniais, pois sabe-se que a do Rio de Janeiro enviou, em 1641, seu representante às Cortes, o mesmo acontecendo com a de São Luís do Maranhão, em 1685 (Mourão, 1916, p.299-318). Não se pode assegurar que tais representações influíssem de forma relevante nas decisões metropolitanas, mas, ao menos, elas sempre seriam ouvidas.

Incorporados, os camaristas participavam das mais variadas solenidades, inclusive das procissões. Por ocasião do falecimento do rei D. José I, São Paulo prestou-lhe as devidas honras fúnebres: em lugar de seus uniformes vistosos, da vara vermelha e do estandarte azul, a Câmara saiu "toda de luto com capas (...) de baeta e chapéus desabados com fumo preto neles pendurado e com estandarte preto e varas pretas e cada um dos vereadores e o procurador levou um escudo na mão esquerda e a vara preta na mão direita..." (Actas, 1777-1782, v.17, p.35-6).

### 3- Câmaras Municipais no Brasil Imperial

Após a Independência, o Brasil passou a ter sua primeira Constituição, outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 1824. Nessa Carta, estabelecia-se que em todas as cidades e vilas haveria Câmaras compostas por vereadores eleitos, dos quais, o que tivesse maior número de votos seria seu presidente. Ficava estabelecido também que as eleições para a Câmara dos Deputados, Senado e membros dos Conselhos de Província (a partir de 1834, deputados estaduais) seriam feitas em duas etapas. A primeira, realizada em Assembleia Paroquial, escolhia os eleitores aos quais cabia votar em colégios, para os representantes do Poder Legislativo. Entre os requisitos para a participação em eleições paroquiais, exigia-se "renda líquida anual de cem mil réis, por bens de raiz, indústria, comércio ou emprego" (Art.92, V). É curioso registrar que os libertos, desde que satisfizessem as exigências legais, poderiam votar nas assembleias paroquiais. Para votar em eleições de segundo

grau, isto é, dos Deputados, Senadores e membros dos Conselhos de Província, exigia-se, entre outros requisitos, renda líquida anual de duzentos mil réis (Art.94, 1).

Obedecendo, pois, a tais preceitos constitucionais, passou a vigorar, a partir de 1º de outubro de 1828, o Regimento das Câmaras Municipais, que, grosso modo, vigorou até a Proclamação da República.

De imediato, estabelecia-se que as Câmaras das cidades teriam nove vereadores, enquanto as das vilas, sete, mandatos de quatro anos, eleitos em assembléias paroquiais, por eleitores de primeiro e de segundo graus. Introduzia-se assim uma inovação, pois, se pelas *Ordenações*, como já se registrou, os vereadores eram eleitos em duas etapas, pela Lei de 1828 o processo era direto, de apenas um grau (art.3º). Cada "votante" registrava em cédula tantos nomes quantos fossem os vereadores a se elegerem.

Por essa lei, as Câmaras Municipais deixaram de exercer funções judiciárias, pois a seu Procurador cabia encaminhar demandas e demais questões ao Juiz de Paz, que não pertencia ao quadro da Câmara. A esta cabiam apenas funções administrativas, pois, como não havia ainda prefeito, a ela competia, em resumo, "deliberar sobre os meios de promover a tranqüilidade, a segurança, a saúde (...) o asseio, a elegância e a regularidade dos edifícios e das ruas" (Torres, 1957, p.424).

Em 1834, pela lei conhecida como Ato Adicional, fizeram-se algumas alterações na Constituição Política do Império, dentre as quais, a criação das Assembléias Provinciais. Estas passaram a legislar sobre a "economia política" do município, isto é, controle das finanças destes (Art.10º, §5º), o que constituiu uma perda de poder das Câmaras.

Algumas vozes fizeram-se ouvir, em defesa da autonomia dos municípios. Dentre estas, a de Tavares Bastos, que, em 1869, se mostrava contrário à dependência das Câmaras ao legislativo provincial. Quanto aos vereadores, seria mais razoável que "marcassem as assembléias provinciais a cada município o número de vereadores correspondente a sua população" (Bastos, 1937, p.52).

É, pois, nesse contexto legal que, uma vez criada a vila de Batatais, em 14 de março de 1839, instalava-se nela seu governo, do qual passaram a fazer parte os seguintes vereadores, escolhidos em eleição paroquial: Antônio Ferreira da Rosa (presidente), José Luís Afonso Salgueiro, Joaquim Alves Ferreira, Antônio Alves Ferreira, Manoel Antônio Ferreira e José Félix do Nascimento (Frans, 1939,

p.12).

Por esse tempo, o número de eleitores de segundo grau era calculado pelo número de fogos da paróquia, isto é, de moradias. Posteriormente, por lei de 1846, ficava estabelecido que o número de tais eleitores deixava de ser assim calculado, passando a sê-lo pelo número de "votantes", isto é, de eleitores paroquiais. Então a razão passa a ser de um eleitor (segundo grau), para quarenta votantes (primeiro grau) (Ferreira, 1976, p.80). Ainda em 1873, estando essa lei em vigor, Batatais possuía treze eleitores (Luné & Fonseca, 1985, p.557), o que leva a se admitir fossem 520 os seus votantes.

#### 4- República Velha (1889-1930)

Proclamada a República, criava-se um Conselho de Intendência, nomeado pelo Governo do Estado. A esse Conselho competia administrar o município, em lugar de seus vereadores, até que a nova Constituição estabelecesse novas diretrizes do Governo Municipal.

Entretanto, a Constituição de 1891, embora fosse pródiga com os estados federados, concedendo-lhes aquela autonomia que se negara às Províncias, durante o Império, tratou os municípios de forma um tanto vaga, transferindo ao Estado a incumbência de regulamentá-los. Em um único artigo, registra-se que compete aos Estados assegurar a autonomia dos municípios, "em tudo quanto respeite a seu particular interesse" (Artigo 68).

Assim, ainda nesse ano, o Congresso do Estado de São Paulo decretava lei sobre organização dos municípios, promulgada pelo Presidente do Estado. A figura do vereador, membro de uma Câmara eleita, era restaurada. Seu número, para cada município, deveria ser fixado na proporção de um para dois mil habitantes, "não podendo, em caso algum, ser inferior a seis, nem superior a dezoito (Artigo 89 da Lei nº 16, de 13 de novembro de 1891). Entretanto, dada a falta de dados corretos sobre a população de cada município, estabelecia-se que, para as primeiras eleições que ocorreriam sob a vigência dessa lei, a capital do Estado elegeria dezesseis vereadores, seria "de doze para Santos e Campinas, de oito para as outras cidades e seis para as vilas (§ Único do Artigo 82). O mandato dos vereadores seria de três anos, enquanto que o de seu presidente e vice-presidente, eleitos pela própria Câmara, entre seus membros, seria de um ano. Competia ainda à Câmara eleger anualmente, dentre seus membros, o

intendente, ao qual cabia a execução das deliberações da Câmara. Compreende-se, assim, que, em cumprimento a essa lei, Batatais, então já cidade, elegeu, em 30 de agosto de 1892, por sufrágio direto e maioria de votos, os seus vereadores, dos quais foram escolhidos: Presidente, Eduardo Garcia de Oliveira; Vice-presidente, Manoel Antônio Pereira Lima; Intendente, Manoel Gustavino de Andrade (Atas da Câmara Municipal de Batatais de 9 de setembro e de 8 de outubro de 1892, p.184V e 185).

Dentre as múltiplas deliberações que cabiam às municipalidades, essa lei dava destaque para urbanização, comércio de gêneros alimentícios, questões de higiene e saúde, espetáculos e divertimentos, organização do ensino, enfim, tudo o que dissesse respeito ao bem dos municípios.

Já no ano seguinte, nova lei determinava que cada eleitor votava em dois terços do número de vereadores a se elegerem. Caso esse número não fosse múltiplo de três, a cédula conteria os dois terços mais um nome (§3º, do Artigo 1º, da Lei nº 42, de 1892).

Em 1906, lei sobre a organização municipal criava o cargo de prefeito municipal. Ficava claro que o poder legislativo pertencia à Câmara Municipal, que o executaria por meio de leis, resoluções e provimentos, cabendo o executivo ao prefeito, cujo mandato era de dois anos, e o dos vereadores de quatro, "renovando-se bienalmente o número de vereadores pela metade, por exclusão dos mais antigos, que poderiam ser reeleitos" (Artigo 62 da Lei nº 1088, de 19 de dezembro de 1906). Os eleitores passavam a votar em duas cédulas uninominais, uma para prefeito e outra para vereador (Artigo 43). O candidato a prefeito que obtivesse a maioria absoluta de votos seria eleito, enquanto que, para vereador, exigia-se "o quociente do número de vereadores a eleger" (artigo 45). Caso não se alcançasse o quociente eleitoral acima referido, haveria segundo escrutínio, podendo então ser votados os mesmos candidatos. É oportuno registrar que, além dessa segunda etapa, poderiam ocorrer outras, pois uma vez recebidas as atas de apuração, a Câmara Municipal tinha poderes para eliminar "os nomes dos cidadãos inelegíveis ou incompatíveis, declarando as vagas daí resultantes" (Artigo 49), procedendo-se então à nova eleição...

O número de vereadores continuava a ser de um para cada dois mil habitantes, porém, não inferior a oito e não superior a vinte (Artigo 72). No entanto, como ainda não se fizera recenseamento da população, o número de vereadores passava a ser de vinte

para a Capital, de quatorze para Santos e Campinas, de dez para outras cidades, inclusive Batatais, de oito, para outros municípios (Artigo 12, das Disposições Transitórias).

Comparada à lei anterior, passava-se a exigir, em 1906, maior atenção da Câmara nas questões financeiras, tais como orçamentos, operações de crédito, administração dos bens do município, maior participação no ensino, inclusive nos cursos práticos, bem como levantamentos estatísticos periódicos.

No ano seguinte, ao se dispor sobre organização municipal, não se introduziram modificações significativas à lei anterior. Mas é oportuno fazer referência à expressão "verificação de poderes", talvez utilizada pela primeira vez em regulamentação municipal. Tratava-se de instrumento, aliás já existente, através do qual os eleitos submetiam-se ao crivo dos vereadores que ainda não tinham terminado seus mandatos, aos quais cabia eliminar os inelegíveis e incompatíveis (Artigo 96, do Decreto nº 1454, de 5 de abril de 1907).

Passados alguns meses, nova lei estabelecia que o mandato dos vereadores passava a ser de três anos, e o de prefeito e sub-prefeito, de um ano, sendo permitida a reeleição. Para vereadores, cada eleitor votava em uma única célula, que deveria conter duas partes, correspondentes a dois turnos: o primeiro seria de voto uninominal, ao passo que o segundo seria voto por escrutínio de lista, em que o eleitor inscreveria tantos nomes quantos quisesse, até preencher o número de vereadores a se eleger. Seriam considerados eleitos vereadores os que obtivessem, em primeiro turno, o quociente que resultasse da "divisão do total de eleitores presentes, pelo número de vereadores a eleger..." (Artigo 11 da Lei nº 1103, de 26 de novembro de 1907). As demais vagas seriam completadas pelos mais votados em segundo turno.

Não se estabelecia o número mínimo e máximo de vereadores de cada Câmara. A lei estipulava apenas que esse número seria de dezesseis para a Capital, de doze para Santos e Campinas, de dez para os doze principais municípios, dentre os quais Batatais, oito para os que fossem sede de Comarca, e seis para os demais.

Dois dias depois, entrou em vigor Decreto estabelecendo que o número de vereadores de cada município passaria a ser fixado pelo Governo, "mediante proposta das respectivas câmaras, na proporção de um para cada quatro mil habitantes, não podendo, porém, ser inferior a

seis ou superior a dezesseis" (Artigo 17, do Decreto nº 1533, de 28 de novembro de 1907). Entretanto, enquanto não se fizesse o recenseamento da população, o número de vereadores permanecia conforme a lei anterior.

Pelo exposto, verifica-se que houve inicialmente uma sucessão de medidas, objetivando aprimorar o sistema político-administrativo do município, sobretudo no que diz respeito ao número de vereadores. Entretanto, os anseios de autonomia sempre existiram, ao menos nos espíritos menos acomodaticios. Dentre estes, destacou-se em Batatais seu vereador e intendente Washington Luís, municipalista convicto, cuja passagem pela Câmara Municipal já foi tratada com muita propriedade (Pereira, 2001, passim). Tempos gloriosos em que, além de Washington, fulguram na política local, entre outros, os nomes de Altino Arantes e Renato Jardim.

## 5- A Era Vargas

De certa forma, a história se repete. Nas mudanças dos sistemas políticos, surgem novos personagens, com novas roupagens, mas os papéis guardam certas similitudes com outros já assistidos.

Se não, vejamos: a instauração da República pretendeu corrigir imperfeições do regime anterior, o que se fez, em âmbito municipal, substituindo seus vereadores — via de regra compromissados com o mandonismo local —, por um Conselho de Intendência, supostamente alheio às eventuais irregularidades do Governo anterior.

Outro não foi o procedimento do Governo Provisório, instaurado com a vitória dos revolucionários de 1930. Já em 11 de outubro, decretava-se a dissolução do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas Estaduais e das Câmaras Municipais (Artigo 22, do Decreto nº 19.839, de 11 de novembro de 1930). Cada Estado passava a ser governado por um interventor, ao qual cabia nomear os prefeitos municipais, responsáveis por todas as funções executivas e legislativas (§4º, Art. 11).

Ainda nesse mesmo mês, decreto do Governo Provisório do Estado de São Paulo dava as devidas instruções para a organização municipal. Continuavam em vigor as leis de organização dos municípios, bem como as deliberações municipais, desde que não ferissem o Decreto anterior. Confirmava-se a dissolução das Câmaras municipais e, conseqüentemente, a dispensa de seus funcionários.

Ante essa reviravolta, o Partido Republicano Paulista (PRP), até então hegemônico, é alijado do poder, inclusive em Batatais, cedendo seu espaço para o Partido Democrático (PD), pois este apoiara a candidatura de Getúlio Vargas, em oposição ao situacionista Júlio Prestes, que, como se sabe, embora vencedor nas eleições presidenciais de 1930, fora banido pela Revolução. Compreende-se assim que, a 3 de novembro, ao se constituir a Junta Governativa local, esta é formada por membros do PD local. No dia 11, o Diretório Central do partido nomeava Francisco Simões da Costa Torres para o cargo de Prefeito de Batatais, ocorrendo sua posse no dia 24, nas dependências da Câmara Municipal. Mandato, aliás, brevíssimo, pois, poucos dias depois, o Interventor do Estado nomeava José Procópio Meireles para o cargo, posse ocorrida a 3 de dezembro.

No ano seguinte, Decreto Federal instituíam os Conselhos Consultivos Municipais, que deveriam funcionar nos próprios edifícios das Prefeituras Municipais (Dec. Fed. nº 20 348, de 28 agosto 1931). Em decorrência desse Decreto, o Interventor Federal do Estado de São Paulo regulamenta tais conselhos, cujo presidente seria seu membro mais velho. Aos prefeitos cabiam todas as funções executivas e legislativas, "sendo, sobre seus atos, ouvidos previamente os Conselhos Municipais, com aprovação do Governo do Estado, por intermédio do Departamento da Administração Municipal" (Art. 42, do Dec. nº 5.406, de 3 mar. 1932).

Como se compreende, o Conselho Municipal constituiu um órgão de ação deveras limitada. Reunido pela primeira vez em Batatais, a 12 de maio de 1932, seus cinco membros, mais o prefeito municipal, pouco foram além do exame do balancete da receita e despesa do município, referente ao mês anterior. José Ordine, que antes da Revolução de 30 tivera posição de destaque no PRP, chegando mesmo a ser prefeito de Batatais, passara a ocupar novamente esse cargo. Nomeado que fora pelo Interventor Federal, em abril de 1931, José Ordine substituiu

José Procópio Meirelles, que se demitiu, ante o rompimento de seu partido, o PD, com o Interventor João Alberto.

Mais uma reunião em junho e outra em 9 de julho, data do início da Revolução Constitucionalista, movimento que pouco depois repercutiria em Batatais. No dia 30 desse mês, decreto extinguindo os Conselhos Municipais, posteriormente restaurados, em 17 de fevereiro de 1933, nos moldes do decreto de agosto de 1931, referido linhas atrás.

Em 10 de maio de 1933, o retorno das atividades do Conselho Consultivo. Nessa primeira reunião, após examinar o balancete de fevereiro, seus membros "nada encontraram que deixe de merecer aprovação ..." (Livro de Atas de Reuniões do Conselho Consultivo de Batatais, p. 2V e 4V).

É nesse quadro de atividades democráticas cerceadas que despontam acenos de autonomia, inclusive dos municípios, quando é promulgada e decretada a Constituição de 1934. Enquanto a Carta de 1891, inspirada no modelo da federação norte-americana, concedera maior autonomia aos Estados, quase olvidando o município, pois, conforme já se viu linhas acima, a ele se refere apenas em um de seus artigos. A Lei Fundamental de 1934, segundo Orlando Gomes, "é um ponto de confluência forçado de todas as correntes políticas que sulcam o ambiente social no momento que passa" (apud D'Ávila, 1993, p.26). Fusão de princípios conservadores, socialistas liberais e fascistas, a Constituição de 1934 exprime, de certa forma, as incertezas que o mundo então atravessava.

No que diz respeito ao município, restaura-se sua autonomia (Art. 13), preceituando-se "a eletividade do Prefeito e dos Vereadores da Câmara Municipal, podendo aquele ser eleito por esta".

Segue-se a Lei Orgânica dos Municípios (Lei nº 2.484, de 13 de dezembro de 1935), estabelecendo o mandato de quatro anos para vereadores. O número destes passava a ser: de vinte, para a Capital; de treze, nos municípios de renda superior a 500:000\$000 (Quinhentos contos de réis) e inferior a 1.000:000\$000; de nove, nos que tiverem renda superior a 400:000\$000 e inferior a 500:000\$000; e de sete, nos demais (Conforme Art. 19). Assim, em 13 de maio de 1936, Batatais elegia seus nove vereadores, empossados em julho desse ano.

Esperanças democráticas frustradas, pois as Câmaras Municipais brasileiras sofreram novo golpe em 1937, quando, sob a

alegação de atender "às legítimas aspirações do povo brasileiro", entrava em vigor nova Constituição. Elaborada às ocultas e outorgada pelo Presidente da República, a nova Carta, carente de legitimidade e em essência autoritária, embora registre que "O Brasil é um Estado Federal, constituído pela união indissolúvel dos Estados..." (Art. 3), nega a estes uma efetiva autonomia política, uma vez que o Governo Federal tinha poderes para intervir nos Estados, nomeando para estes um Interventor, ao qual competia exercer o Poder Executivo. Embora haja referência ao Parlamento Nacional, composto de Câmara dos Deputados e Conselho Federal, tais corpos legislativos nunca se reuniram.

Assim, dissolviam-se todos os órgãos legislativos, portanto as próprias Câmaras Municipais (Art. 178). No lugar destas, Decreto do Interventor Federal colocava os Conselhos Consultivos, compostos por três membros, nomeados por ele. (Art. 29 do Decreto nº 8.868, de 27 de dezembro de 1937).

Pouco mais de um ano e novo Decreto, reafirmando dispositivos da Constituição de 1937, determinando que os prefeitos municipais passavam a ser "de livre nomeação e demissão do Chefe do Executivo Estadual..." (Art. 12 do Decreto nº 10.495, de 19 de setembro de 1939). Tudo, certamente, sob a assistência do Departamento das Municipalidades, que, em sintonia com as práticas políticas de seu tempo, olvida a instituição Câmara Municipal.

## **6- Da Constituição de 1946 aos dias atuais**

Dada a atualidade desse período, registram-se aqui, sem maiores considerações, as principais leis relativas à questão. Inicia-se mencionando ao menos que, deposto o presidente da República, em outubro de 1945, novas tendências levam à Constituição de 18 de setembro de 1946. Esta, ao restaurar o regime democrático, assegurava (art. 28) a autonomia dos municípios, cujo prefeito e vereadores seriam eleitos. No ano seguinte, a Constituição do Estado de São Paulo, como não podia deixar de ser, reafirmava tal disposição, acrescentando que prefeito e vereadores seriam eleitos por quatro anos (Arts. 75 e 76). O número de vereadores deveria atender ao número de habitantes e renda de cada município, não podendo ser inferior a sete.

Seguiu-se a lei orgânica de 18 de setembro de 1947, estabelecendo que "o número de vereadores será fixado periodicamente

por lei, na proporção de um para cada dois mil habitantes, acrescentando-se mais um, quando da proporção resultar número par" (Art. 23). A lei estabelecia ainda que nenhum município teria menos de treze vereadores ou mais do que trinta e um, excetuando-se a Capital do Estado, cujo número seria de quarenta e cinco.

A exemplo do que já ocorrera anteriormente, essa lei determinava, em suas disposições transitórias, o número de vereadores de cada município. Como a maioria, Batatais passava a ter treze. Eleita em fins de 1947 e instalada em janeiro de 1948, a Câmara Municipal de Batatais passou a ter esse número de vereadores. Entretanto, lei de agosto de 1951 estabelecia que o número de vereadores passava a ser fixado obedecendo-se às proporções de população e renda. Critério certamente mais rigoroso e, ante a possibilidade de questionamentos, a própria lei, em suas Disposições Transitórias, estabelecia o número de vereadores de cada município. Assim, para as eleições que seriam realizadas no dia 14 de outubro daquele ano, Batatais escolheria quinze vereadores.

Sob a vigência da Constituição de 1967, nova lei determinava que o número de vereadores seria proporcional ao número de eleitores, mínimo de sete e máximo de vinte e um. Batatais colocou-se na categoria dos municípios que em fevereiro de 1969 deram posse a onze vereadores (Art. 8º da Lei Estadual nº 9.847, de 19 de setembro de 1967). De fevereiro de 1973 a 31 de dezembro de 1988, a Câmara Municipal de Batatais foi composta por treze vereadores.

Finalmente, a Constituição de 1988 estabeleceu que, em municípios de até um milhão de habitantes, o número mínimo de vereadores seria de nove e o máximo de vinte e um. Fundamentada em tal dispositivo, foi promulgada a Lei Orgânica do Município de Batatais, onde se registra que: "A Câmara Municipal, de acordo com o disposto no artigo 29, inciso IV, da Constituição Federal, fixa em 17 (dezessete) o número de vereadores deste Município". Esse número permanecerá até a posse dos vereadores recentemente eleitos. Como se sabe, a Constituição estabelece que municípios com até 1 milhão de habitantes terão 21 vereadores. Assim sendo, o Tribunal Superior Eleitoral dividiu esse número de habitantes pelo de vereadores, obtendo o coeficiente de 47.619 habitantes, o que passou a corresponder a 9 vereadores.

Batatais, que se situa entre 47.620 e 95.238 habitantes, passa a ter dez vereadores.

## 7- Conclusão

As constantes oscilações do número de vereadores, expostas linhas acima, podem despertar questionamentos, sobretudo quanto à importância das Câmaras Municipais. Não se discute a honestidade de propósitos do legislador, pois este certamente sempre buscou atender à realidade, não apenas política, mas também econômica.

Entretanto, ao não ouvirem as Câmaras Municipais, parte diretamente atingida, os órgãos superiores deixam a impressão de lhes atribuírem modesta importância.

Acolhedoras de iniciantes em política, escola de tribunos e legisladores voltados às questões locais, as Câmaras Municipais vêm, através dos tempos, concedendo espaço aos que adentram o campo das lides democráticas.

CARDOSO, Walter. Contribution to the historical analysis of the town councils. AMICUS, BATATAIS-SP, Ano V, Nº 10. PP.101-114.

ABSTRACT: Brief historical analysis of the composition of town councils since the introduction of the system in Brazil. Special attention is given to the case of Batatais.

KEY WORDS: Councils, councilors, elections, legislation.

## BIBLIOGRAFIA

BARROS, Henrique da Gama. *História da Administração em Portugal* - nos séculos XIII a XV. Lisboa: Sá da Costa, 1945-1954.

BASTOS, [Avelino Cândido] Tavares. *A Província*. 2ªed. São Paulo: Nacional, 1937 (a 1ª edição é de 1870).

D'AVILA, Luiz Felipe (Prefácio). *As Constituições Brasileiras - Análise teórica e propostas de mudanças*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. *História dos Sistemas Eleitorais Brasileiros*. São Paulo: Nobel, 1976.

FRANS, Jean de. *Bom Jesus da Cana Verde*. (Batatais de Outróra). São Paulo: s.c.p., 1939.

MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal (1480-1620)*. Lisboa: Portugal/Espanha, 1973.

MOURÃO, João Martins de Carvalho. "Os municípios. Sua importância política no Brasil Colonial e no Brasil Reino..." *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Correio Especial, 1916.

*ORDENAÇÕES e Leis do Reino de Portugal*, Recopiladas por mandado Delrei D. Felipe o Primeiro. Coimbra: na Real Imprensa da Universidade.

*ORDENAÇÕES do Senhor Rey D. Manuel*. Coimbra: s.l, 1797.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *A democracia coroada: Teoria política do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1957.

PEREIRA, Robson Mendonça. "Washington Luís, o paulista de Batatais". *Amicus*. Batatais, SP: ano II, nº4, novembro de 2001, p.113-131.

#### Documentação

Batatais, SP. Câmara Municipal. Livros de atas da Câmara Municipal, diversos volumes.

Brasil, Ministério da Educação e Cultura. *Anais da Biblioteca Nacional*. Actas da Câmara de Vila Rica (1711-1715), 1927, v.49.

Salvador, Prefeitura Municipal. *Documentos Históricos do Arquivo Municipal*. Actas da Câmara - 1625-1641. Salvador: s.d.

São Paulo (Estado). *Actas da Câmara da Cidade de São Paulo*. 1730-1736. São Paulo: Arquivos do Estado, 1915, v.10.

\_\_\_\_\_. *Actas da Câmara da Cidade de São Paulo*. 1772-1782. São Paulo: Arquivo do Estado, 1920, v.17.

#### Jornais

Diversos números de:

*Gazeta de Batatais e Tribuna de Batatais*, década de 1930.

## PANORAMA DA IMPRENSA BATATAENSE NO FINAL DO SÉCULO XIX

Robson Mendonça PEREIRA\*

RESUMO: O desenvolvimento urbano das cidades do café estimulou a atividade jornalística que cuidava de colocar em pauta diversos temas relacionados ao processo de modernização em curso nestas localidades. Esse foi o caso de Batatais, no qual o discurso da autonomia municipal tornou-se assunto principal nos periódicos, colocando em campos opostos os dois maiores políticos a se projetarem na cidade: Washington Luís e Altino Arantes.

PALAVRAS-CHAVE: imprensa, autonomia municipal, modernização, Washington Luís, Altino Arantes.

### 1. A imprensa local sob o domínio do coronel

O fenômeno da profusão de jornais e revistas durante a Primeira República refletiu um momento de mudanças advindas do novo panorama político que se vislumbrou após 1889, marcado, sobretudo, por uma permanente instabilidade política e institucional. Os efeitos desse processo não se restringiram aos grandes centros urbanos, alastrando-se, também, por algumas cidades na área de expansão cafeeira, que viviam sob o efeito da modernização material operada pelo fluxo dinâmico das estradas de ferro e da imigração.

A imprensa interiorana desse período, caracterizada por Sodré (1978, p.425) como "pequena empresa artesanal de horizontes reduzidos ferozmente submetida ao latifúndio, limitada a questões domésticas e pessoais", teria como preocupação central o fato político. Certamente, tal definição compunha de forma indelével uma imagem muitas vezes pejorativa e depreciativa a respeito daqueles opúsculos de vida efêmera, que duravam o tempo de uma desavença eleitoral entre coronéis.

Entretanto, muitos escritores, artistas e políticos que iniciaram suas carreiras nesses lugares, exercitaram os primeiros traços da vida intelectual escrevendo poemas, crônicas, contos e artigos de fundo, para os poucos periódicos existentes.

\*Doutorando em História pela UNESP-Franca. Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Goiás - (UEG) - Anápolis - Brasil.

A polêmica estava sempre acesa nesses órgãos de opinião, chefiados por grupos políticos que tinham geralmente à testa da redação um profissional liberal, que se ocupava por vezes da atividade legislativa como vereador, defendendo, com o ardor próprio dos arrivistas, os interesses dos grandes proprietários da localidade.

## 2. Os primeiros periódicos republicanos e a questão do municipalismo

Desde 1882, quando aparece o primeiro jornal em Batatais, até 1894, surgiram pelo menos oito folhetins, sendo que a maioria circulou "por um ano ou menos, poucos meses e inclusive alguns só com três ou quatro números iniciais", segundo afirma Amaro (2000, p.14), tendência que se manteve até a década de 1910. O memorialista Jean de Frans, pseudônimo de José Augusto Fernandes, referência primordial para o estudo da imprensa batataense, registrou a variedade de periódicos (conteúdos, tendências e posicionamentos) existentes em tão curto espaço de tempo (1939, p.132-62).

Nessa pesquisa, que abrange o período de 1895 a 1900, Fernandes registra a aparição de doze jornais: *A Penna*, *A Lei*, *O Nacionalista*, *O Direito*, *A Justiça*, *A Idéia*, *A Época*, *O Sorriso*, *O Grito*, *A Mogiana*, *Variedades* e *A Primavera*. O acesso foi mais fácil em relação aos quatro primeiros. O acervo mais completo, constituído por *A Lei* e *O Nacionalista*, está em posse de particulares. Quanto aos demais, é possível encontrar números esparsos no Arquivo do Estado de São Paulo e, em Batatais, na hemeroteca do Museu Histórico e Pedagógico "Dr. Washington Luís".

Por causa da sua regularidade e notoriedade dos seus colaboradores, *A Penna* destaca-se entre os demais. Fundado em 1895, dirigido por Yvão Nolf Filho e José Ravoux Darse, passou por diversas transformações até 1900 (FERNANDES, 1939, p.143). Entre seus colaboradores estava o jovem fluminense Washington Luís. Residindo na cidade desde 1893, destacava-se no meio político como vereador e defensor intransigente do municipalismo ou da autonomia municipal, princípio intensivamente discutido na fase inicial da República.

Nesta época a discussão sobre esse tema alcançou seu auge em razão da indefinição do dispositivo legal que regulava as relações dos Estados com os municípios na Constituição Estadual de 1891, dando margem a interpretações conflitantes:

"A autonomia municipal que constava do programa do Partido Republicano de 1870, e foi um dos primeiros pontos abandonados pelos sucessivos governos estaduais, transformou-se, com o tempo, em moeda de negociação político-eleitoral entre o poder estadual e os chefes dos municípios, sem que se definisse completamente um estatuto próprio que assegurasse o município de intervenções casuais. Princípio ambíguo na discussão teórica e sobre o qual os historiadores não chegaram a um consenso definido, a questão do municipalismo ou da autonomia foi menosprezada e identificada como permanência e resistência do coronelismo, que tendia a desaparecer com os fenômenos da urbanização, da burocratização estatal e do crescimento populacional." (PEREIRA, 1998, p.50)

Os coronéis e mandões locais resistiam a ceder espaço às manobras do Estado tendentes a centralizar diversas atividades controladas pelas autoridades municipais, como por exemplo: serviços de saúde, segurança pública, ensino primário, etc. Nuances desse municipalismo surgiam com frequência em "*A Penna*". No artigo intitulado "O precedente", de autoria de Renato Jardim, importante personagem político da época, percebe-se essa tendência:

"Eis no entanto que quando o município, desembaraçando-se das faixas com que prendia a centralização do passado regime, robustecido pela nova seiva que trouxe-lhe a República, ... 'os pais da pátria' espantados de sua obra, tomados de súbito zelo pelo destino que leva o município, gritam, gesticulam, como querendo embargar o passo ao município livre que chocaram...

Nove anos depois da proclamação da República, oito anos depois da promulgação da Constituição de 24 de fevereiro, ainda surpreendem atos de autonomia praticados pelo município. A autonomia municipal encontra ainda quem pense poder legalmente reprimi-la em suas mais legítimas manifestações.

Eis porque atitude deste município, lutando por sua independência administrativa, agindo severamente convicto de seu direito e da justiça de sua causa, tem voltada sobre si a atenção, pode-se dizer de todo o Estado de São Paulo." (*A Penna*, Batatais, 13 jan. 1899, p.1.)

Novas publicações surgiram no ano de 1897, como *A Idéia*; *A Lei*; *A Justiça* e *O Nacionalista*. *A Idéia*, publicado em língua italiana e impressa na oficina de *A Penna*, teve como redator e diretor Miguel Conti. Assim como o jornal italiano, *A Justiça*, dirigido pelo monarquista Joaquim Raimundo da Cunha Lobo, teve vida curta e nenhuma expressão.

*A Lei*, contudo, foi considerado "um dos melhores jornais que teve a cidade, pela colaboração farta e selecionada, pelas causas que soube defender, pela orientação segura, pelas seções que manteve, pela feição material" (FERNANDES, 1939, p.144). Esteve, inicialmente, sob a direção de Altino Arantes, sendo substituído, posteriormente, por Washington Luís e Joaquim Celidônio. Como órgão oficial de um partido oposicionista local (comandado pelo coronel Manoel Gustavino de Andrade Junqueira), combatia diretamente os governistas ligados ao PRF (Partido Republicano Federal), liderado pelo doutor Manoel Antônio Furtado. A redação e oficina de *A Lei* funcionavam na então rua Alegre, esquina da praça 15 de Novembro, em frente à cadeia, naquele mesmo prédio onde, mais tarde, assentaria suas colunas a Loja Maçônica Caridade Universal.

Quanto aos motivos da fundação do tablóide oposicionista, Altino Arantes comenta que "...a nossa resolução de fundarmos também nós um jornal que traduzisse e defendesse as nossas idéias e que, ao mesmo tempo, propugnasse os melhoramentos urbanos e o progresso do Município" (MARQUES, 1968, p.16). A respeito dos artigos de Washington, acrescenta: "...vibrantes e enérgicos, revestiam-se todos eles de linguagem e argumentação mais ponderadas e mais serenas."

Com grande repercussão na imprensa local e regional, alguns artigos de *A Lei* foram transcritos em *A Imprensa*, de Rui Barbosa. A matéria divulgada por *O Nacionalista*, entre 1897 e 1898, sobre a concessão de um auxílio estadual para conclusão da canalização do córrego dos Peixes, durante a Intendência de Washington Luís, gerou um polêmico debate com *A Lei*. Renato Jardim, então vereador, escrevia a maioria destes artigos, geralmente com ataques dirigidos tanto ao diretório do PRP, quanto ao grupo político de Washington Luís e do coronel Manoel Gustavino, que agora dominavam a maioria na edilidade (ver: PEREIRA & MAGALHÃES, 2002, p.56-68; *A Lei*, Batatais, 20 nov. 1897, p.3; 31 jul. 1897, p.1; 9 out. 1897, p.3; *O Nacionalista*, Batatais, 16 dez. 1897, p.2; 23 dez. 1897, p.1-2).

*O Nacionalista*, fundado no embalo do último suspiro do movimento jacobinista, fazia uma espécie de culto à imagem do ex-presidente Floriano Peixoto (estampou por vários números uma efígie do "marechal de ferro" em homenagem após sua morte). Era comandado por Carlos Augusto de Oliveira Silva, tendo como colaboradores Renato Jardim, Manoel Honório de Oliveira Pinho, Sabino Loureiro e Hygino Rodrigues (FERNANDES, 1939, p.144-5).

### 3. As reivindicações da modernização urbana

No segundo semestre de 1898, quando sobreviviam somente *A Penna*, surgia *O Direito*, dirigido por Domingos de Aquino e Jullão David Darse (provável parente de José Ravoux Darse). Logo em seguida, passou a ser comandado pelo médico Aristides Serpa e pelo advogado Antonio Sebastião de Araújo. Como *A Lei* apolava o municipalismo do intendente Washington e de seu grupo:

"Aparece hoje o primeiro número d'O Direito com o mesmo intuito do Nacionalista e d'Lei, arredado no entanto do campo da política, onde preliavam esses dois hebdomadários...

Outra é a tarefa d'O Direito. A vida municipal corre por esfera diversa daquela por onde a da União e a do Estado. Naquela primeira esfera traçada está a órbita do movimento do Direito.

A autonomia do município, si bem que até certo ponto letra morta, princípio para inglês ver, pode apesar de tudo ser uma verdade, um fato do qual dinamismo (sic) soma enorme de prosperidade para as agremiações municipais.

O privilégio autônomo do município será o tema em prol do qual nos bateremos sempre, quando for ele ferido pelo poder superior que já por vezes o tem desconhecido...

A norma enfim do Direito será: Despreocupação absoluta, completa, da política da União e do Estado. Tudo pela administração e interesses municipais. Aí fica traçado o programa do Direito." (*O Direito*, Batatais, 23 abr. 1898, p.1)

A linha editorial de *O Direito*, contudo, permitia certa crítica à morosidade dos serviços públicos e à ineficiência da municipalidade. Ao mesmo tempo, exigia melhoramentos urbanos modernos, como a iluminação elétrica e outras comodidades observadas na capital e nas cidades vizinhas:

"A iluminação da cidade é assunto acerca do qual não podemos deixar de falar, sem que nos seja atirada a pecha de

esquecermos o que deixamos por promessa escrito no artigo inaugural ... A iluminação atual é uma eterna lua nova. O querosene, as tão afamadas lâmpadas belgas, já não podem satisfazer os requisitos que se busca operar quando por meio deles se pretende dar luz completa à viação pública...

Entretanto gasta a municipalidade elevada soma para satisfazer os requisitos de uma boa iluminação publica. Busque outra luz, mais clara e quiçá mais barata mesmo.

Veja o exemplo de suas irmãs do oeste. A Mococa trata de ser iluminada à luz elétrica. Casa Branca a muito que o é ... Esta cidade pode, por sua população, pela riqueza de seu município, ver dotada de todos os melhoramentos de que aquelas outras gozam, sem grande peso aos cofres de sua municipalidade. (*O Direito*, Batatais, 30 abr. 1898, p.2)

A inexistência de um Mercado Público de gêneros alimentícios na cidade, que colocava a população à mercê dos atravessadores e dos ambulantes, foi mote para novas críticas contundentes à municipalidade:

"Queremos falar da necessidade urgente da construção do Mercado Público, como meio de sustar o monopólio feito pelo pequeno comércio desta cidade, quanto ao preço de gêneros de primeira necessidade.

Hoje a população de Batatais eleva-se a 4.000 habitantes, sendo que mais de dois terços destes pertencem à classe operária e mesmo proletária. ... não dispõem de recursos para comprar em quantidades, em outros pontos, os gêneros de primeira necessidade ..." (*O Direito*, Batatais, 23 jun. 1898. p.3)

A Instrução Pública consistia em uma das questões mais polêmicas, gerando intensas críticas à municipalidade por causa da posição assumida por Washington Luís, desde sua posse como Intendente em 1897, momento em que se negou a atender decisão do governo do Estado que obrigava o intendente a assumir as funções de inspetor escolar, por considerar uma intromissão na autonomia municipal.

Posicionando-se criticamente em relação à questão, *O Direito* publicou uma nota em que percebia que relativamente "...a instrução pública, e a outros importantes problemas a seu cargo, ela [municipalidade] não se tem preocupado, como fora para desejar". Mas como se tratava de uma obrigação estadual, também denunciava o irrisório investimento do governo estadual

nessa área. A explicação passava novamente pelo problema da barganha política: "o Estado parece ter abandonado o município em virtude de ressentimentos políticos criados em grande parte pela corporação municipal..." (*O Direito*, Batatais, 26 jun. 1898. p.1). Sob a direção de Altino Arantes, a época rompido com Washington, *O Direito* exacerbava suas críticas à administração municipal.

Mas, até mesmo *A Penna*, francamente favorável à administração do novo intendente, passaria a exigir um maior empenho nesta área. Por isso, em meio à crônica falta de recursos e de apoio financeiro do governo estadual, a municipalidade criou, em 1898, por iniciativa própria e de particulares, uma Escola Noturna (*A Penna*, Batatais, 25 fev. 1900, p.2)<sup>1</sup>, para reforçar as já existentes, além de municipalizar o ensino primário no sentido de poder atender com maior eficácia à demanda escolar (ACMB. Caixa 15/16. Regulamento da instrução pública municipal: para execução da lei n.º124, de 15 de dez. de 1899).

*A Penna*, fugindo ao seu estilo reservado, também fazia seus apertes, pedindo medidas mais severas por parte do poder público em relação à ocupação urbana, diante do crescimento vertiginoso da cidade. A viação urbana manifestava-se como constante foco de queixas gerais dos moradores, expressas nos títulos dos artigos deste jornal:

"Ruas

Não temos a mínima intenção de melindrar a Câmara Municipal, com as linhas que se seguem, a respeito das ruas e praças desta cidade que, incontestavelmente apresentam uma feição triste, ateuta (sic) a vegetação do mato e capim, de que se acham cobertas.

É de suma utilidade que a mesma Câmara faça imperar a lei que obriga aos proprietários dos prédios urbanos, a limpar as testadas dos mesmos prédios, bem como, mesmo com certo sacrifício, mandar, por sua conta, fazer a capina dos centros das ruas e praças.

A cidade embeleza-se dia a dia; a sua população aumenta sensivelmente; a viação dos veículos cresce; tudo enfim, demonstra progresso e adiantamento, é preciso, pois, que as nossas ruas e praças, em geral largas e grandes, deixem de ter aspecto que faz desmerecer muito a sua beleza natural." (*A Penna*, Batatais, 23 dez. 1898, p.1.)

Havia a preocupação premente de fazer desaparecer os vestígios

de ruralidade no ambiente urbano, concebido pela modernização racional das cidades brasileiras no final do século XIX e início do século XX. O desejo de traduzir este ciclo de mudanças que se desenvolvia nas cidades do café, em objetos e imagens específicas, pode ser observado neste outro apelo:

“Placas

A atual Comarca Municipal d’esta Comarca que tem sido zelosa e cumpridora de seus deveres, como nenhuma outra, desde que Batatais constituiu-se Município, independente, deve, quanto antes, levar a efeito uma medida, aliás, de mais alta importância, tal como é a de estabelecer a denominação das ruas e numeração das casas, por meios das placas de ferro esmaltadas.

.....  
Contamos, hoje, cerca de mil prédios urbanos habitáveis, sites em várias ruas e avenidas muitos dos quais embora já cognominados, oficialmente, os seus nomes são ignorados pela maioria da população, acarretando isso grave prejuízo para o serviço postal e ao mesmo tempo para o que diz respeito aos interesses pessoais particulares.

Batatais é uma cidade que se pode considerar, de primeira ordem, pela sua seleta população, pelo seu comércio, pelo seu progresso quotidiano e sempre crescente, pelo seu desenvolvimento admirável em relação a todos os ramos da indústria, agricultura e comércio, portanto precisa que as suas várias e belas ruas e praças tenham um nome com que se dêem a conhecer mediante placas que os conservam indelevelmente, bem como números que indiquem a residência dos seus habitantes, a bem geral do serviço público e dos habitantes em particular.” (*A Penna*, Batatais, 30 dez. 1898, p.1)

#### **4. As eleições de 1898 – o movimento municipalista alcança seu auge**

O grupo político de Washington e do coronel Manoel Gustavino passou a ser conhecido a partir de 1897 pelo termo “autonomista”, em clara referência ao ideal que defendia. Fundando jornais ou mesmo apoiando-os em determinadas ocasiões, granjearam forte apoio entre as lideranças locais, o que deu ensejo à criação de uma agremiação política para as

eleições de 1898 para o novo triênio do legislativo local:

“Um belo pensamento acaba de realizar-se nesta cidade. A criação de um partido municipal. Mas um partido sem pressupostos políticos. Com intuito puro e simplesmente administrativo ... Cumpra também ficar assentado que o município é uma criação meramente administrativa e é furta-lo aos seus fins encaminha-lo pelos funestos e desenvolvidos caminhos...”

Falamos acima em política municipal ... Tem ela por objetivo único a gerencia administrativa do município sem as crenças partidárias que as dominam na União.

Desenveredar-se as questões municipais dos lances que até hoje as tem prendido aos escândalos, as tricas ... da política geral...

Os homens bons, os *preux*, são os componentes do partido municipal e esses podem indiferentemente pertencer a quaisquer facções ...

Compreenda assim as cousas o novo partido que acaba de organizar-se e o município virá irradiar-se por todos os lados a sua grandeza, ficar firmado em sólidas bases a sua prosperidade e da autonomia que lhe é garantida...” (*O Direito*, Batatais, 07 mai. 1898, p.2)

Este trecho fazia parte do manifesto do recém-organizado Partido Autonomista. Nele o municipalismo era associado à eficiência na administração pública e pressuposto para neutralidade da ação do executivo municipal, condenando as práticas e o exercício “político” do grupo opositor como venais.

As divergências assumiram o caminho de um embate no decorrer das eleições municipais, gerando duplicidade de câmaras. O episódio que ficou conhecido como “*questão autonomista*” (FERNANDES, 1939, p.171-87) aparece também descrito no último relatório de Washington Luís como intendente (Suplemento de *A Pena*. 13 jan. 1899).

A origem da controvérsia que originou o conflito se relacionava à promulgação de uma lei estadual (n.531, de 21/6/1898) “*estabelecendo que os vereadores municipais seriam coletivamente eleitos de três em três anos, no dia 30 de outubro*” (FERNANDES, p.2-3). Como a Câmara de Batatais havia fixado anteriormente o dia 30 de julho, o intendente passou a sustentar que o ato feria o princípio da autonomia municipal:

"... de uma das mais importantes, senão a mais importante de suas atribuições [eleitorais], porquanto a que mais de perto dizia respeito com seu peculiar interesse, e anularia uma dos princípios mais admiráveis dos consagrados na carta constitucional de São Paulo". (FERNANDES, p.172)

O partido "Autonomista" passa a defender a data original das eleições prevista pela Câmara. Por outro lado, os defensores da manutenção da lei estadual fundariam o partido "Governista" liderado por Altino Arantes, Eduardo Garcia de Oliveira, Manoel Theodolindo do Carmo e Luciano Fagundes (FERNANDES, p.172-3).

Para reforçar sua posição, a liderança autonomista na Câmara apresentaria uma emenda ao projeto de mudança do dia das eleições, prorrogando para o dia 30 de setembro a realização das eleições de vereadores:

*"... para que não coincidissem o dia designado pela Câmara com o que designou o Congresso do Estado para realização de eleições de vereadores, ficando deste modo bem patente que a Câmara de Batataes não cede ao Congresso as atribuições que só a ella compete, e servindo ao mesmo tempo de protesto contra o [ilegível] que fez os Srs. Congressistas estadoaes a autonomia dos municipios votando uma lei contra o exposto nas constituições do Estado e da Republica."* (ACMB Livro de Atas. Vol. 1892-1898, 02 jul. 1898, p.184)<sup>2</sup>

Em agosto seria promulgada nova lei reguladora das eleições municipais, sendo que ambas seriam anuladas pelo Congresso Estadual (ACMB., Livro de Atas. Vol. 1892-1898, 09 ago. 1898, p.194).<sup>3</sup> Ignorando a decisão, a Câmara realizaria as eleições com a abstenção total dos candidatos governistas, apurando o processo e expedindo diplomas aos eleitos.

Na sessão de 24 de outubro, o vereador Manoel Theodolindo do Carmo apresentaria uma indicação em que pedia a divisão do município em seções eleitorais, para o pleito que os governistas iriam realizar. O intendente declarou então que a eleição "já tinha sido feita em trinta de setembro do corrente, dia marcado pela Câmara Municipal, e portanto não havia mais eleição a fazer-se e por isso a sessão de hoje é inútil e incompetente".

Na nova eleição organizada pelos governistas, o grupo oposicionista participaria estrategicamente, temendo uma derrota judicial (ACMB. Livro de Atas. Vol. 1899-1900, 24 out. 1898, p.3).<sup>4</sup> Os temores eram procedentes devido à tentativa dos governistas de anular o pleito autonomista de 30 de setembro, através de um recurso que foi enviado junto ao Tribunal de Justiça do Estado, e cuja decisão teria sobrelevância constitucional para resolver sua legitimidade.

Inúmeras discussões ocorreram antes desta decisão definitiva, caracterizando um momento privilegiado, em que o debate alcançava sua maior polaridade, levando a manifestações públicas e no qual iria predominar uma forte argumentação jurídica das partes, representadas pelos bacharéis Washington Luís e Altino Arantes. O primeiro publicaria um manifesto esclarecedor, em que a argumentação central pesava sobre a substancial importância dos municípios na própria organização e manutenção do poder público em outras esferas:

"A absorção pelo Estado das atribuições municipais, introduzindo o desrespeito pelas leis, em uma terra em que tão pouca coisa se respeita, mata a iniciativa dos municípios, cria uma tutela odiosa e ilegal. Já se falou em reformar a Constituição de São Paulo, usando do argumento de que nem todos os municípios estão preparados para a autonomia; mas esse argumento é contraproducente, porque prova de mais. Se os municípios brasileiros não estão em condições de se governarem, não estão os Estados, que não são mais que agregações de municípios, não o está a União que não é mais que a reunião dos Estados. Da incompetência dos municípios chegaremos à dos Estados, subiremos à incompetência da União, porque se somarmos os municípios teremos os Estados, se somarmos os Estados teremos a União, e a soma sempre foi igual, da mesma natureza que as parcelas. Sendo o Estado um conjunto de municípios, donde sairão os administradores estaduais a não ser dos municípios? ..." (Suplemento de *A Penna*. 13 jan. 1899, p.6).

O apoio ostensivo do periódico local *O Direito*, que promoveu intensa campanha através de manchetes de impacto eleitoral, daria relevo a inúmeros artigos publicados pelos próprios líderes autonomistas:

### "O Inimigo

Foi aprovado na Camara dos Deputados, de São Paulo um projeto de lei adiando as eleições municipais, que deviam de realizar a 30 de julho para 30 de outubro. É tempo de os municípios precaverem-se contra a tendencia pronunciada dos poderes estadoaes absorve-los anulando a sua autonomia e independencia, fazendo-os regressar à centralização administrativa.

... No Brasil a autonomia municipal não foi estabelecida historicamente, não foi conquistada pelos municípios, foi estabelecida pela Constituição Federal que, com um texto de lei substituiu a centralização imperial ..." (*O Direito*, Batatais, 26 jun. 1898, p.1)

De outro lado, a defesa da lei estadual pelo lado dos governistas, que viria a reforçar o recurso enviado ao Tribunal de Justiça, no início de 1899, foi realizada por seu mais dileto representante, Altino Arantes. Baseava-se no princípio de legalidade constitucional, que subordinava os atos tomados pelos municípios ao poder estadual e federal, como se lê nos autos do Recurso:

"... Qual o poder competente para designar o dia das eleições gerais de vereadores - o Estadual ou o Municipal?

.....  
... o Congresso Legislativo do Estado, quando determinou o dia das eleições gerais para Câmaras, não exorbitou das suas atribuições, não praticou ato inconstitucional, conforme pretende a Edilidade de Batatais. ... a Constituição Política do Estado, no seu art. 53, cometeu às leis ordinárias a organização dos municípios paulistas, sobre as bases que ela própria estabeleceu... Os Congressos reservam-se o direito de alterá-las. Em consequência, foi decretada a lei nº.16, ..., que dispôs ... que 'as Câmaras, uma vez constituídas, exerceriam livremente todas as suas atribuições e deliberariam sobre todos os negócios do município, por meio de leis, posturas ou provimentos, nos termos da Constituição do Estado e daquela lei ou de outras que fossem decretadas pelo Congresso'. Donde é força concluir que a autonomia municipal, outorgada pela Constituição Federal e definida pela ... Paulista, está expressamente subordinada às leis ordinárias do Legislativo, desde que estas não transgridam nenhum dos princípios fundamentais." (FERNANDES, José Augusto.

op. cit., p.180-1)

Foram razões de ordem familiar que levaram Altino a se opor ao seu antigo correligionário, passando a apoiar seu tio, o deputado estadual Eduardo Garcia de Oliveira, que tinha se aliado à corrente majoritária da Comissão Central do PRP.

O recurso governista obteria provimento por maioria de votos do Tribunal de Justiça, que, através de acórdão, anularia a eleição autonomista, ordenando a posse da eleita em outubro. Entretanto, a comemoração dos governistas locais, que haviam feito em segundo turno três vereadores, seria breve, pois um dispositivo da lei, reguladora das eleições municipais, criava um precedente favorável aos autonomistas, como atesta o registro de um memorialista:

"...certificaram-se [os governistas] de que a vitória fôra de Pyrrho: o mais votado em 1º turno havia sido Victor Aurelio do Carmo, das hostes autonomistas, com 304 votos, tornando desse modo incompatíveis o doutor Altino Arantes, seu cunhado, e o coronel Manoel Theodolindo do Carmo; seu irmão. E somente ficou o coronel Lucio Fagundes, figura um tanto apagado, já sem o relevo dos áureos tempos do PRP." (FERNANDES, P.185)<sup>5</sup>

Desta maneira, os autonomistas obtiveram a maioria, mantendo o controle da administração com a recondução de Washington para a Intendência, demonstrando que seu empenho como administrador municipal na modernização urbana havia obtido o reconhecimento geral da elite local.

### 5. Conclusão

Como se vê, o estudo da imprensa local é muito importante para o entendimento da atuação da elite cafeeira no espaço público: sua auto-referência e legitimação. Washington, por exemplo, aproveitou esse mecanismo para ascender, exercitando a arte de debater e da retórica presente em sua colaboração posterior em *O Correio Paulistano*, conforme depoimento de Luís Silveira:

"Além de administrador dos negócios públicos, foi, como é sabido, escritor de escol, historiador e verdadeiramente jornalista. Considerava a liberdade de imprensa como um postulado sagrado. Não compreendia a Democracia sem imprensa livre e honesta. Disso deu constantes atestados

de público em discursos parlamentares e em trabalhos jornalísticos de sua lavra. Desde Batatais, freqüentou assiduamente as colunas de diversos jornais, quer defendendo teses de relevância ou inspirando artigos e sueltos do órgão do P.R.P.” (SILVEIRA, Luís. “Washington Luís, jornalista” In Washington Luís: Homenagem do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. São Paulo: s.n., 1968, p.56)

MENDONÇA, Robson Pereira. Overview of the press at the end of XIX century in Batatais. AMICUS. Batatais-SP, Ano V, Nº 10, pp. 115-129.

ABSTRACT: The urban development of cities during the coffee cycle stimulated the journalistic activity. Different themes related to the current modernization process used to be focused. This also happened in Batatais. The issue of municipal autonomy became the major topic in the newspapers, leaving in opposite sides the two main politicians in town: Washington Luís and Altino Arantes.

KEYWORDS: press, autonomy, municipal, modernization, Washington Luís, Altino Arantes.

#### Bibliografia

##### a) Documentação

– Periódicos:

A Penna

A Lei

O Nacionalista

O Direito

– Câmara Municipal de Batatais

Atas de Câmara (1892-1898)

##### b) Livros e artigos

AMARO, Sérgio Corrêa. Os anúncios em jornais antigos de Batatais. AMICUS. n.1, 2000. p.11-20.

FERNANDES, José Augusto. *Bom Jesus da Cana Verde: Batataes de Outr’Ora. São Paulo: (s.e.), 1939.*

MARQUES, Altino Arantes. Washington Luís em Batatais. In: RIHGSP. *Washington Luís: Homenagem do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. São Paulo: [s.e.] 1968.*

PEREIRA, Robson Mendonça. *O municipalismo de Washington Luís em sua atuação em Batatais (1893-1900): aspectos da modernização urbana no interior paulista na República Velha.* Franca, 1998. 249p. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social de Franca, Universidade Estadual Paulista.

PEREIRA, Robson Mendonça & MAGALHÃES, Sônia Maria de. Renato Jardim, autonomista e educador. *Amicus*, n.5, 2002, p.p.56-68.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil.* Rio de Janeiro: Graal, 1978.

#### d) Legenda

ACMB - Arquivo da Câmara Municipal de Batatais

#### NOTAS

<sup>1</sup> A *Penna*, Batatais, 25 fev. 1900, p.2. Encontramos registros diversos neste periódico, que anunciava regularmente a data das matrículas e outras informações sobre o andamento do ano letivo.

<sup>2</sup> O projeto se transformaria na lei municipal n.º 87 de 06 jul. 1898, publicada em *O Direito*, Batatais, 08 jul. 1898, p.3.

<sup>3</sup> Ver também o anexo 7 da *Cópia dos autos de Recurso interposto pelo Doutor Altino Arantes Marques e outros, contra a Camara Municipal de Batataes em dez de janeiro de 1899.* ACMB. Caixa 13/14.

<sup>4</sup> Os governistas tentariam inutilmente apurar esta eleição na sessão de 07 de novembro, p.6.

<sup>5</sup> O impedimento legal estava previsto no parágrafo único do art. 15 da Lei Municipal n.º 98 de 09 ago. 1898, que regulava as eleições municipais de Batatais.

## CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DO DR. JORGE NAZAR

Walter CARDOSO

Nas justas homenagens que se prestaram à memória do Dr. Jorge Nazar, por ocasião das comemorações do centenário de seu nascimento, ocorrido em 2 de novembro, expuseram-se diversos aspectos nobilitantes da vida desse médico da família, político, empresário de jornal, pioneiro na radiodifusão, enfim, Cidadão Benemérito, título que lhe foi concedido pela Câmara Municipal local.

Traçar aqui, ainda que de forma resumida, a fecunda biografia do Dr. Jorge, seria fazer uma cansativa repetição de tudo o que dele já disseram, com muita propriedade, aqueles que se manifestaram durante os eventos ocorridos em sua homenagem. Entretanto, independentemente de colorações políticas, há um aspecto que merece ser considerado: sua sensibilidade ante o novo panorama que se descortinava após 1930 e sobretudo com a Constituição de 1934.

A revolução, ao debilitar o poder das oligarquias agrárias, contribuiu para a emergência de um Estado apoiado pelas massas, portanto, maior participação no processo democrático. Assim, as classes populares, ao passarem a desfrutar de espaço para a manifestação de suas aspirações, contribuíram para o surgimento de políticos mais sensíveis aos problemas sociais.

A maior participação popular na política – vale dizer, maior número de eleitores – verificada a partir de 1930, vai ocorrer não apenas nos grandes centros, mas também nas cidades do interior, onde até então o Partido Republicano Paulista (PRP) fora hegemônico. Em Batatais, esse domínio impedira, ou ao menos desencorajara, o surgimento de outras agremiações políticas. Sendo o único partido local, talvez o mais difícil aos candidatos seria a aprovação de seus nomes pelo Diretório local, do que propriamente do voto. É o que se depreende da última eleição para prefeito e vereadores, realizada em 30 de agosto de 1928, o caso da República Velha: a única chapa concorrente, apresentada pelo PRP, teve todos os seus candidatos referendados, em uma eleição que possivelmente contou com apenas 474 eleitores.

Para a eleição seguinte, ocorrida em 15 de março de 1936, o quadro estava mudado, pois concorreram então, além do Partido Republicano Paulista, o Partido Constitucionalista (PC) e a União Integralista Brasileira (UIB). O número de eleitores foi superior a 2.500, o que significa um aumento superior a 500%.

O PRP fez então cinco vereadores, mas o PC conseguiu quatro cadeiras, o que indicava a emergência de novas forças. Maior número de eleitores, maior participação popular, portanto, passava-se a exigir novo perfil dos postulantes a cargos eletivos.



Doutor Jorge Nazar

É nesse quadro que Jorge Nazar inicia sua carreira política. Eleito vereador em 1936, pelo PRP, traz um invejável currículo de trabalhos prestados à causa pública. Com aquele privilegiado dom da palavra, já em 1929 figura como orador oficial da Sociedade Síria Beneficente de Batatais, cargo que depois passou a ocupar em diversas agremiações locais. Diretor da Sociedade Recreativa 14 de Março, franqueia os salões da entidade para que neles, no carnaval de 1934, o Bloco Carnavalesco Vitória Régia, da comunidade negra, execute seus bailados, sendo então oferecida uma "contradança" a seus componentes. Gesto que hoje seria irrelevante, mas, em tempos preconceituosos, representava uma democrática aproximação entre o homem público e o

povo. Este, ao elegê-lo vereador, iria abrir-lhe as portas para uma carreira política das mais fecundas.

Embora sensível às aspirações populares de seu tempo, Jorge Nazar teve consciência de que deveriam ser respeitados aqueles valores político-morais, próprios à tradição paulista e mesmo local. Tal é o caso de sua proposta vencedora para que a praça da Câmara Municipal viesse a se chamar novamente Washington Luís, nome esse que, como se sabe, no calor das desforras revolucionárias, fora modificado para João Pessoa.

Consciência dos novos tempos, sem atropelos aos valores do passado.

## ÍNDICE DE AUTORES

CARDOSO, Clotilde de Santa Clara Medina.....p.75

CARDOSO, Walter.....p. 101 e 130

PEREIRA, José Carlos de Medeiros.....p. 67

PEREIRA, Robson Mendonça.....p. 115

## NORMAS PARA A APRESENTAÇÃO DE ORIGINAL

A Revista AMICUS publica trabalhos inéditos, relativos principalmente a Batatais e região. Os textos serão redigidos de preferência em português.

Recomenda-se que os artigos apresentem os seguintes itens:

Título, autor(es), qualificação do(s) autor(es), *Resumo*, (de no máximo cinco linhas) e cinco *Palavras-chave*, antecedendo o texto. Sucedendo a este, *Abstract* e *Keywords*. Completam o texto, sucedendo-o: *Referências Bibliográficas* (obras citadas no texto) e *Notas*, para esclarecimentos considerados necessários. Utilizá-las o mínimo possível e numerá-las na entrelinha superior do texto.

Os textos deverão ser digitados em Word, em letra Verdana, tamanho 10, espaço simples e apresentados em duas cópias e em disquete de 3/2", com cópia das ilustrações.

Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores. Os trabalhos que não se enquadrarem nessas Normas para a Apresentação de Original serão devolvidos aos autores.

Além dos artigos, a Revista AMICUS terá, entre outras, as seguintes seções: Arquivos, Bibliotecas e Museus, Genealogia, Entrevistas, Memórias, Noticiário, Resenhas e Teses, além de outros textos, considerados compatíveis com os objetivos da Revista.

Maiores esclarecimentos acerca das normas de apresentação de original serão prestados pelo Conselho Consultivo de Publicações.

E-mail: [amicus@netsite.com.br](mailto:amicus@netsite.com.br)